



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

O PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO DE ABGUAR BASTOS

JEFREY LUIZ SEVALHO MILLER

MANAUS

2013

JEFREY LUIZ SEVALHO MILLER

O PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO DE ABGUAR BASTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto.

Manaus

2013

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M647p	Miller, Jeffrey Luiz Sevalho O Pensamento Social e Político de Abguar Bastos / Jeffrey Luiz Sevalho Miller. 2013 72 f.: 31 cm. Orientador: Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas. 1. História. 2. Política. 3. Sociologia. 4. Revolução. 5. Modernidade. I. Pinto, Ernesto Renan Melo de Freitas II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
-------	--

JEFREY LUIZ SEVALHO MILLER

O PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO DE ABGUAR BASTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto
Orientador – PPGS
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Marco Aurélio Coelho de Paiva
Membro PPGS
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Júlio César Schweickardt
Membro- PPGS
Fundação Fiocruz

Manaus

2013

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela confiança, incentivo e financiamento desta pesquisa.

“O escritor não é um negociante de ideias. Não é um mercador de ilusões, mas autêntico anunciador das boas-novas e, ao mesmo tempo, o que tem a coragem de protestar contra as tiranias, de denunciar explorações e usurpações, e o que tem o compromisso social de marchar na vanguarda das transformações”.

Abguar Bastos, em 1987, por ocasião do recebimento do Troféu Juca Pato.

“Quem nada conhece, nada ama.
Quem, nada pode fazer, nada compreende.
Quem nada compreende, nada vale.
Mas quem compreende também ama, observa, vê...
Quanto mais conhecimento houver inerente numa coisa tanto maior o amor...
Aquele que imagina que todos os frutos amadurecem ao mesmo tempo, como as cerejas,
nada sabe a respeito das uvas”.

Paracelso

RESUMO

O presente estudo traz para a compreensão os estudos e debates em torno do processo revolucionário brasileiro a partir da análise e interpretação da obra *História da Política Revolucionária no Brasil*, de Abguar Bastos. Procura destacar a forma original da análise que o autor empreende do processo revolucionário brasileiro, desde as primeiras manifestações e revoltas registradas em todo o território nacional. Examina o advento da modernidade no Brasil, destacando, sobretudo as transformações ocorridas nos campos político, social e cultural do país.

PALAVRAS CHAVE: História; Política; Sociologia; Revolução; Modernidade;

ABSTRACT

This study brings to understanding the studies and debates around the Brazilian revolutionary process from analysis and interpretation of the work *History of Revolutionary Politics in Brazil*, of Abguar Bastos. It focuses on the original form of analysis that the author undertakes the Brazilian revolutionary process, from the first recorded demonstrations and riots registered all around the country. It examines the advent of modernity in Brazil, highlighting in particular the changes in the political, social and cultural development of the country.

KEY WORDS: History; Politics; Sociology; Revolution; Modernity

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
-------------------------	----------

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO	12
1.1 OS CAMINHOS DA PESQUISA	12
1.2 OS PENSADORES SOCIAIS DO BRASIL	16

CAPÍTULO II

O NÃO RECONHECIMENTO E O ESQUECIMENTO DE AUTORES E OBRAS	28
2.1 MEMÓRIA E RECONHECIMENTO	28
2.2 MOVIMENTO DAS IDEIAS E INTERPRETAÇÃO	30
2.3 AS DIFICULDADES DE UM INTELLECTUAL COMO ABGUAR BASTOS NUM PAÍS COMO O BRASIL	36

CAPÍTULO III

O PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO DE ABGUAR BASTOS	41
3.1 HISTÓRIA DA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL V.1	41
3.2 HISTÓRIA DA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL V.2	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Os estudos e as pesquisas relacionados ao pensamento social brasileiro vêm recentemente constituindo uma fonte inesgotável de conhecimento. Parte pelos estudos relacionados às condições históricas e à construção social e política do Brasil e as novas interpretações sobre os intérpretes dos intérpretes, mas, sobretudo, pelo incentivo às pesquisas deste campo e o aparecimento de novas abordagens, como por exemplo, pesquisas sobre autores e obras que são pouco destacados entre os considerados autores consagrados e suas obras, seja no sentido da revisão de obras destes autores renomados, seja no sentido de destacar e trazer à luz outros importantes autores e suas obras, que, por muitas vezes, encontram-se na escuridão do esquecimento.

Autores que, como tantos outros, que por diversas razões e circunstâncias geográficas, regionais, sociais, políticas ou ideológicas não recebem a devida atenção e valorização. Com esta pesquisa sob o título *O Pensamento Social e Político de Abguar Bastos*, pretende-se destacar a importância deste autor como intelectual e pensador social, além de enfatizar sua marca como escritor de romances de ficção, tendo sido ainda um político atuante no processo revolucionário brasileiro da década de 1930. Não se quer aqui dissociar os romances de ficção de Abguar Bastos de sua obra política — pelo contrário, há aproximações entre estas obras, mesmo que sendo escritas em momentos diferentes da vida do autor, o que adiante será melhor tratado a respeito desta questão. Entre tantos autores de renome e as reconhecidas e consagradas obras sobre as interpretações do Brasil, considerando as gerações de intérpretes que antecederam e sucederam os anos 30, apresenta-se Abguar Bastos de cuja obra se destaca uma faceta, ou seja, o cunho *social e político* que marca principalmente sua *História da Política Revolucionária no Brasil*, em dois volumes, publicados respectivamente em 1969 e 1973. Outra obra de suma importância é *Prestes e a Revolução Social*, publicada em 1946, no Rio de Janeiro e em 1986, em São Paulo. Há inúmeras semelhanças entre estas duas obras, devido ao fato de Abguar Bastos ter sido amigo de Luís Carlos Prestes e de haver registrado os momentos principais de sua trajetória revolucionária.

O interesse por Abguar Bastos não foi por acaso. Tudo começou no ano de 2007, quando na ocasião, cursava o quarto período do curso de Ciências Sociais e fazia a disciplina de Teoria Sociológica II. O professor Renan Freitas Pinto foi designado pelo departamento para ministrar a disciplina. As aulas eram sobre a Teoria e o Pensamento de Karl Marx (1818-

1883), mas sempre se debatia sobre outros autores e assuntos diversos. Certo dia, o professor Renan me perguntou se eu estava fazendo PIBIC, (Iniciação Científica), Respondi que não. Então, ele perguntou quais ideias eu tinha em mente naquele momento, meus planos e os assuntos pelos quais eu tinha interesse em estudar. Neste período eu andava lendo muito sobre a literatura russa e seus grandes escritores, queria trabalhar alguma coisa sobre o escritor Liév Tolstói (1828-1910), mas não sabia exatamente que tema de sua obra abordar.

Havia certa empolgação de minha parte pelos autores russos e principalmente pela obra de Tolstói. Então o professor pediu a palavra e disse que nós tínhamos que olhar um pouco mais para nossos autores locais, enfatizando que tanto Tolstói quanto tantos outros, foram grandes intérpretes da Rússia, assim como tínhamos também uma série de intérpretes do Brasil, aqueles que são, os que foram e aqueles que ainda precisavam ser estudados pelo seu valor e significação. Inicialmente, não combinamos nada, mas no decorrer das aulas, fui pensando na ideia de estudar mais sobre o Brasil, estudar nossos autores, estudar mais profundamente a história social brasileira, suas diversidades e complexidades e, de repente, perceber que o sol que clareia este imenso Brasil e a Amazônia ardia mais sobre nossa realidade que o frio da Rússia.

Retornei ao professor e me coloquei à disposição para realizar um projeto de pesquisa e, como a ideia era pesquisar autores e obras, decidimos estudar o escritor Abguar Bastos. Não foi possível fazermos a inscrição do projeto em 2007, mas no ano seguinte, demos início ao projeto, finalizando-o em 2009, sob o título de *Política e Revolução no Brasil: o olhar de Abguar Bastos*. Esta pesquisa teve prosseguimento em minha monografia de conclusão de curso. Não estamos falando aqui de Abguar Bastos como escritor de romances de ficção, reconhecendo a grande valorização de seus romances regionais e seus estudos diversos. Estamos falando de Abguar Bastos, o historiador, o sociólogo, o político, o ativista e o indivíduo em ação.

Para começar, o professor Renan sugeriu a leitura de alguns autores como Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo*, Sérgio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Octávio Ianni, *A ideia de Brasil Moderno*, Neide Gondim, *A Invenção da Amazônia*, Renato Ortiz, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, Celso Furtado, *A pré-revolução brasileira* e Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira*. Depois destas leituras, iniciamos o projeto de pesquisa que, futuramente, com algumas alterações e com outros objetivos, como por exemplo, fazer um importante resgate da obra social e política de Abguar

Bastos e do próprio autor, como político atuante e escritor no período da revolução. Mais tarde, decidimos propor o projeto de pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). A pesquisa implica analisar e interpretar o processo revolucionário brasileiro a partir do “olhar” crítico do autor e as ideias que influenciaram seu pensamento presentes em suas obras como *História da Política Revolucionária no Brasil* (1969/1973) e *Prestes e a Revolução Social* (1946), além de outros escritos do autor sobre temas sociais e políticos. Para esta compreensão é necessário entender quem é o autor, suas ideias, seu pensamento político, suas motivações, que tipo de tradição intelectual está presente em sua formação e o contexto histórico em que se dá sua contribuição.

Abguar Bastos Damasceno nasceu em Belém, capital do Estado do Pará, em 22 de novembro de 1902 e faleceu em 26 de março de 1995, em São Paulo, aos 92 anos de idade. Estudou em sua cidade natal até 1921, quando ingressou na Faculdade de Direito e veio Morar em Manaus, bacharelando-se em 1925. Trabalhou como bancário em Belém e foi prefeito interino do município de Coari, no Amazonas. Exerceu ainda em seu estado o jornalismo e foi promotor público no estado do Amazonas. Após a revolução de 1930, ocupou posições de destaque político administrativas no Pará. Foi deputado federal pelo seu estado em 1934 (Partido liberal). Em 1955, residindo em São Paulo, foi eleito deputado federal por este estado pelo (P.T. B), fundou a Frente Parlamentar Nacionalista e foi membro fundador da U. B. E (União Brasileira de Escritores), atuou como adido trabalhista junto à Embaixada do Brasil em Varsóvia, Polônia, além de integrar e participar do movimento modernista e da revolução de 1930.

Abguar Bastos sempre buscou manifestar suas convicções revolucionárias, ideia presente em todo o conjunto de sua obra, seja ela de cunho etnográfico, histórico, sociológico ou ficcional. Escreveu romances importantes na década de 1930, uma vasta obra da qual apresentamos um panorama abrangente, iniciando pelos seus romances como: *A Amazônia que ninguém sabe*, publicado em 1930, em Belém, com a segunda edição publicada no Rio de Janeiro em 1934 e com novo título de *Terra de Icamiba*. Depois publicou *Certos Caminhos do Mundo*, romance do Acre, 1936 - Rio de Janeiro; *Safra*, 1937 - Rio de Janeiro, com segunda edição publicada na Argentina em 1939, com o título de *Zafra*; Novela: *Somanlú – o Viajante da Estrela*, publicado em 1953 no Rio de Janeiro.

Estudos e Ensaios: *Prestes e Revolução Social*, 1946 - Rio de Janeiro e, em 1986 - São Paulo; *A Conquista Acreana*, 1940 - São Paulo; *As tribos em guerra na África e seus antepassados no Brasil*, 1970, São Paulo; *História da Política Revolucionária no Brasil*, 1969

- Rio de Janeiro e segunda edição em 1973; *Os cultos mágicos- religiosos no Brasil*, 1970 - São Paulo.

Trabalhos Folclóricos: *Introdução à litofábula*, 1967 - Rio de Janeiro; *El simpático Saci Pererê*, 1980 - Buenos Aires; *A África em nossa linguagem, costumes e cultos*, 1982 - São Paulo; *Natal com gosto de Brasil*, 1987 - São Paulo; *Abaporu – Movimento Antropofágico*, *Tarsila*, 1984 - São Paulo.

Poesia: *Nurandalu-guaburabara, herói indígena*, balada épica sobre a viagem de Orellana ao Rio Amazonas, 1968 - São Paulo; *Memorial da Liberdade*, 1984 - São Paulo.

Outros Livros: *A Visão histórica-sociológica de Euclides da Cunha*, 1986 - São Paulo e *Pantofagia ou as estranhas práticas alimentares na selva*, 1987 - São Paulo; *Vozes do Acontecido, Crônicas*, 1992 - São Paulo.

Abguar Bastos deixou 23 obras inéditas e inúmeras antologias.

CAPITULO I

A CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

1.1 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Com a proposta de se estudar o pensamento social brasileiro, era óbvio que não se tratava de uma tarefa fácil, ao mesmo tempo, curiosa, reveladora e instigante. Estudar o Brasil em seus diversos aspectos é reler sua história, ou melhor, os caminhos de sua história, para assim buscarmos entender como foi se formando uma inteligência em um país como o Brasil e as questões que se inserem em seu processo de modernização e de busca por uma identidade nacional. Era preciso entender como surgem os intérpretes do país, seus pensadores, escritores e artistas, além de como estes atuam, escrevem e se posicionam politicamente no cenário histórico, político e social brasileiro. Tomou-se como exemplo inicial o livro *Vozes da Amazônia: Investigação sobre o Pensamento Social Brasileiro* (2007), em que Élide Rugai Bastos, em sua apresentação, intitulada *Polifonia na Amazônia*, dialoga sobre a importância dos estudos voltados para o pensamento social brasileiro e, ao se analisar suas matrizes analíticas, destacaram-se três como fundamentais: a matriz ideológica, a institucional e a sociológica. A autora ressalta ainda que tal procedimento procura não separar a produção anterior à institucionalização das ciências sociais no país, assim consideradas por alguns analistas como produções não científicas. Pensando a partir de dois parâmetros, o institucional e referente ao conteúdo das ideias e, ao referir-se ao projeto *Vozes da Amazônia*, a autora enfatiza a importância de se pesquisar autores e ideias desta região do país e, sobretudo, a aproximação e o conhecimento dos pesquisadores sobre a região. Continuando sua reflexão, Élide Rugai Bastos faz uma pergunta: como estudar o pensamento social? Da resposta, surge uma segunda pergunta. Ao se pretender estudar a produção de um autor, uma questão básica se coloca: qual procedimento adequado a adotar para se chegar ao entendimento de sua obra?

Como a proposição que informa o projeto *Vozes da Amazônia*, é a da história das ideias, vale lembrar que a perspectiva assumida, isto é, o estudo da obra de um autor, não significa a desqualificação de outras formas de enfoque do pensamento social: análise da instituição, das relações entre produtores intelectuais, legitimação de um campo, etc. É certo que cada uma dessas opções responde a objetivos diversos. Mesmo no caso das abordagens da história das ideias várias correntes expressam a busca de fins diferentes.

Para a autora, um problema para os analistas da sociologia da cultura é o de estabelecer relações entre ideias e sociedade, pois, segundo ela, existe um ponto de partida necessário para compreender o pensamento numa dimensão mais ampla.

Primeiramente, menos que levantar a que autores os intelectuais estudados recorrem, que “teorias” norteiam sua reflexão, informação necessária, mas insuficiente, devemos indagar de que repertórios se servem para fazer avançar, impor ou divulgar suas ideias: trata-se de uma combinação de ideais ou são propostas inteiramente originais? Podemos ilustrar a preocupação através da reflexão sobre os autores do século XIX no Brasil, entre os quais identificamos tantos modos de pensar tradicionais como ideias novas vindas de fora, além da tentativa de adaptação das ideias para explicar a realidade *sui generis* e, ainda, para justificar a intervenção social.

Em segundo lugar, retomo em outros termos, uma afirmação, já feita anteriormente, sobre a suposição de que o pensamento social se constituiu como força social e, nessa condição, ao lado de outras forças, atua na definição dos caminhos dos grupos sociais. Mais precisamente, as ideias se constituem em favor, expressão e reflexo do destino de uma sociedade. Isso leva à necessidade de indagar sobre o efeito político do pensamento dos diferentes autores no momento em que é proposto, ou sua repercussão a médio e longo prazo, na medida que o mesmo seja instrumentalizado institucionalmente, e acabe por se constituir em elemento importante da cultura política do país. Ainda, lembro que a reflexão conjunta desses elementos, - fator, expressão e reflexo -, visão articulada que se impõe como condição necessária para definir uma força social, exige um conhecimento histórico sobre a formação nacional.

Terceiro, creio que deva ser lembrada a existência de um paralelismo entre produção do conhecimento e crise político-social.

[...]

Assim, auxiliar na compreensão desse processo e na constituição de uma nova articulação é tarefa dos pensadores. Nesse momento, novas ideias aparecem como: instrumentos de diagnóstico; denúncia e contestação de uma situação; fundamento de propostas para a superação dos elementos componentes da crise; reação às propostas que aparecem nesse contexto. O desafio do estudioso da história das ideias é encontrar uma abordagem que possa dar conta dessas diferentes dimensões. Uma importante faceta do problema é o caráter coletivo que as ideias assumem, pelo menos no Brasil, onde encontramos certa identidade em autores maiores e menores, estes muitas vezes colocados em “lugares” políticos diversos. Em outros termos, quero dizer que essa identidade tem menos a ver com o recurso a teorias externas, ao pertencimento social, etc., do que a uma situação de crise política, econômica, social.

Um quarto ponto a ser lembrado é o da especificidade da reflexão intelectual em um país atrasado. É claro que a própria temática dos autores brasileiros tem a ver com a questão do atraso – unidade e identidade nacionais, caminhos da democracia, possibilidades da política, potencialidade política do povo brasileiro, papel das elites, regionalismo – o que não permite uma fuga ao problema. Por exemplo, a questão da articulação entre elementos

tradicionais e modernos na sociedade brasileira é tema recorrente em nosso pensamento. Vários analistas – em especial Florestan Fernandes e o grupo de pesquisadores na cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo – lembram que a singularidade da formação brasileira tem a ver com o descompasso resultante de um capitalismo que foi capaz de gerar uma base produtiva complexa e diversificada e que, geral, no mesmo processo, a pobreza, a exclusão social, a desigualdade regional e reprodução da relação entre o arcaico e o moderno. Assim, é fundamental levar em consideração que algumas das ambiguidades presentes nas interpretações do Brasil empreendidas por parte dos cientistas sociais têm a ver com essa situação.

Vale indicar, ainda, um quinto ponto: trata-se de lembrar que a temática básica das ciências sociais no Brasil está referida aos impasses, encaminhamento e busca de soluções à questão nacional. Os autores se enfrentam com a heterogeneidade que marca o país – territorial, populacional, educacional, cultural, social – e que coloca imediatamente o problema da representatividade política. Em outros termos, como fazer coincidir as fronteiras da Sociedade e do Estado? Diferentes soluções se superpõem: a busca de formulações jurídicas que tenham fundamento no direito costumeiro; a figuração de uma identidade cultural como substituto da diversidade étnica ou regional; a denúncia da desigualdade de condições de competição social e a busca de explicações para a permanência desse estado das coisas. Alguns temas que sempre compuseram a questão nacional ao longo da história brasileira retornam com força nos dias presentes, embora redefinidos em função das transformações da sociedade e se tornam objeto de reflexão na área das ciências sociais: refiro-me à questão racial, à questão agrária e à questão regional.

Na mesma obra, Marilene Corrêa da Silva Freitas, em seu artigo, *A Amazônia e o pensamento social brasileiro contemporâneo*, ao tratar sobre a *vigência do tema* e também ao referir-se ao projeto *Vozes da Amazônia* (2007), faz uma abordagem sobre as pesquisas e as ideias precedentes na região amazônica. A autora destaca as circunstâncias e as possibilidades sobre os mecanismos de difusão e das condições das produções acadêmicas em seus diversos sentidos, além da preocupação com as novas pesquisas em conjunto com estas ideias precursoras que permitem apreender dimensões explicativas e compreensivas da natureza e das sociedades brasileiras no ambiente acadêmico. Para a autora, um desses aspectos é a capacidade com a qual os seus grupos de pesquisa podem estimular novos grupos de intérpretes do pensamento social brasileiro, onde as particularidades regionais do país estão inseridas. Outro aspecto diz respeito à busca de especificidade sobre estas mesmas abordagens precursoras da Amazônia, com nexos sobre a história das ideias em campos disciplinares presentes. E ainda, segundo a autora, outro aspecto de mesma relevância se estabelece em relação à organização da ação da pesquisa em função de recortes temáticos presentes pelas e para as áreas do desenvolvimento da pesquisa científica ordenados por instituições como as agências de fomento. Marilene Corrêa da Silva Freitas esclarece ainda que os estudos que se

enquadram na linha de pesquisa do pensamento social brasileiro, em grande medida, redefinem-se entre alguns objetivos importantes, além dos objetivos de problematizar questões e nos modos de apresentar resultado. Vejamos:

- apreender o pensamento brasileiro na forma como se apresenta em sua origem como inquietação intelectual de ensaístas, homens públicos, cronistas, políticos, ativistas sejam eles etnógrafos, historiadores, sociólogos, geógrafos, antropólogos, literatos, biólogos, viajantes, entre outros;
- compreender e explicar os marcos de tradição do pensamento social, mediante o esclarecimento dos elos que compõem esta especificidade, e de seus contextos correspondentes, sob a forma de reconstruções históricas da realidade ou de percepções e interpretações de realidade naturais e sócio-culturais.
- tipificar, no âmbito do pensamento de autores, as vinculações teóricas e da ação gerada pelo movimento de circulação de ideias, seja por meio dos processos de afirmação do pensamento social nas esferas institucionais, seja na organização da inteligência brasileira, em sentido estrito;
- descrever o impacto das ideias sociais sobre a sociedade, especialmente aquelas que parecem estar na origem da auto compreensão da atmosfera de mudança e/ ou de continuidade de organização e do desenvolvimento de processos sociais que as configuram.

Tratando-se do pensamento social, aqui entendido como núcleo central de teorias acerca da sociedade e seus constituintes, o trabalho de pesquisa pode, em instância complementar, ser visto relacionado às necessidades de recuperação da infância desse pensamento no Brasil, com lentes das exigências da análise contemporânea, e como processo de esclarecimento do próprio presente do pensamento social em realidades brasileiras.

Tratando-se, por outro lado, do pensamento brasileiro e não apenas do pensamento social construído no Brasil e em partes do território delimitado como sociedade nacional, o recorte, aparentemente específico, amplia as tarefas intelectuais no plano dos inventários interpretativos acerca de ideias geradoras de vários campos do conhecimento. Esta ampliação de alcance redefine também o contexto explicativo do pensamento brasileiro, em todas as esferas de manifestação da vida social, ou seja, em todas as suas formas de expressão institucionais de sobrevivência, suas relações internas e externas, manifestação da inteligência e imagens de poder.

É sobre a importância e diretrizes institucionais e os estudos sobre o pensamento social brasileiro que as autoras chamam a atenção. A importância destes estudos não está ligada apenas a esclarecer como se constituiu politicamente, socialmente e culturalmente a nossa história, mas, sobretudo ampliar e enriquecer este campo de pesquisa através de outras abordagens sugeridas e trabalhadas por seus novos intérpretes.

1.2 OS PENSADORES SOCIAIS DO BRASIL

A partir dessas duas contribuições iniciais sobre os caminhos da pesquisa e de suas problemáticas, poder-se á ter uma dimensão do panorama teórico-metodológico e institucional que marcam e orientam os estudos do pensamento social brasileiro. É necessário perceber os elementos que norteiam estas ideias, conforme salientam as autoras – sobre a valorização de ideias passadas e ideias presentes e, acima de tudo, ideias precursoras relacionadas à pesquisa do pensamento social brasileiro dentro do panorama da contemporaneidade. Pensando assim, nos termos da história das ideias, é preciso nos remeter a uma importante obra chamada *História da Inteligência Brasileira (1550-1794)*, (1992). V. I, de Wilson Martins. Trata-se de um fator crucial para todas as nações, além de seu próprio surgimento, história e cultura: o início de um grupo de pessoas que representa uma classe assim chamada de “inteligência”, que se ocupam com os assuntos intelectuais, políticos e sociais pertinentes à organização social ou sociedade em que vivem. Estas relações e fatos divergem em vários aspectos históricos e nas diferentes nações e países, alguns com histórias semelhantes, outros não. No caso do Brasil, conforme define Wilson Martins, em 1550 não existia nem o resquício de um projeto de nação nestas terras e muito menos um povo e uma classe intelectual que viesse a ser uma *intelligentsia* brasileira.

A história da inteligência brasileira começa em 1550, quando Pe. Leonardo Nunes inicia os estudos rudimentares de Latim no colégio dos meninos de Jesus, em São Vicente. Quase simultaneamente, informa o Pe. Serafim Leite, que continua sendo a fonte em tudo que se refere à missão jesuíta no Brasil, outras classes se abria, na Bahia, no Espírito Santo e em Pernambuco; a estes grupos elementares, seguiram-se, na Bahia em 1553 e em São Paulo em 1554, classes e depois colégios propriamente ditos, a que se juntou à do Rio de Janeiro, quando se erigiu a cidade no Morro do Castelo (1567) e assim sucessivamente, até dois extremos do Brasil, com o colégio do Pará ao norte, e o da Colônia do Sacramento ao Sul, no Rio da Prata. Durante longos anos, o ensino público de Humanidades só se ministrou nos pátios da Companhia de Jesus (MARTINS, 1992, p. 11).

Wilson Martins nos coloca diante de um fato significativo, mas que não representou de maneira sólida o crescimento de uma “inteligência livre”, o que de certo, não era possível pelas condições sociais da colônia dominada pelas missões jesuítas e pela exploração europeia. O autor está falando do início de uma manifestação intelectual nestas “novas terras”, mesmo que seja no sentido mais restrito da palavra. O que acontece aqui é apenas o fato da entrada das letras no Brasil que, conseqüentemente, segundo Martins, considera o início de

um movimento de uma “inteligência local”, mas que não é genuinamente brasileira. Alguns vinham de outros países como Portugal e Espanha e mais tarde, da França e de outros países. Consideremos este fato apenas como a introdução das letras no país através dos jesuítas. A introdução da prosa e da poesia que Martins menciona, trazia consigo a admiração pelo sentido exótico do novo mundo e traziam também as marcas de um passado português manifestado não apenas pelos padres jesuítas, mas também pelos homens públicos e demais autores como poetas e romancistas que procuraram se manifestar no país através da literatura já marcada pelo anseio e pela diversidade. Como sugere Wilson Martins, esse período vai de 1550 a 1794.

Branco, pretos e índios achavam-se, afinal, reunidos pelos acasos da história, num momento de pressão econômica, para começar a construir a nação. Sem deixar ainda de ser português, o Brasil começava geograficamente a configurar-se como brasileiro. Este é o sentido da conquista territorial, resposta americana às fantasias geográficas da Europa quatrocentista. Da mesma forma e no mesmo momento em que as expedições catequéticas ou predatórias dos maranhenses na região amazônica anexavam ao mapa ideal do Brasil, ainda obscuro no porvir, as terras do extremo norte, “a segunda metade do século XVII assinala a irradiação das bandeiras paulistas para o *far-west* e para os sertões setentrionais do Brasil, bem como a ocupação definitiva de Santa Catarina - expansão toda começa ainda na época das conquistas das províncias hispano-jesuítas. Também aí a atração inicial foi antes à caçada dos silvícolas do que as das riquezas minerais, esta tão somente uma aleatória consequência daquela”. A ocupação do litoral, de São Vicente até Belém do Pará, assinala o mesmo autor *e que era a ocupação submissamente corresponde ao tratado de Tordesilhas*, estende-se de 1532 a 1616. As bandeiras seiscentistas iniciam claramente um novo processo histórico, uma nova maneira de pensar o Brasil, que se define, antes de mais nada, pela recusa do passado, pelo repúdio de convenções contrárias à realidade (MARTINS, 1992, p.251).

Podemos perceber que Wilson Martins admite a força de uma intelectualidade vigente atribuído à forte presença católica que marcou o Brasil neste período e, sobretudo, sobre o papel atribuído na catequização da nação colônia aqui existente. As questões regionais e as delimitações geográficas começam a ser feitas, mas deixemos bem claro, como afirma Martins: estas transformações, embora fossem importantes, não faziam parte de nenhum plano de modernização do Brasil, mas apenas uma forma encontrada para o escoamento da produção que daqui saía para o mundo, além da conquista geográfica que tinha o sentido político de expansão das fronteiras coloniais. Portanto, neste período nossa “inteligência” teve todo um sentido jesuíta. Com o aumento das revoltas populares as ações políticas ganham

contornos de revolução. Eram os primeiros ensaios da revolução social e cultural representadas pela literatura e pouco depois pelo pensamento social. O Brasil buscava seus pensadores sociais, sua integração política, cultural e social. Como em outros países, é através da literatura que se registra a sociedade brasileira. Essa reflexão vai além do panorama literário e do trabalho de escritores num país nas condições do Brasil no final do século XIX. Mas, digamos que houve recompensa; o esforço dos autores não foi em vão. Remetemo-nos a reflexão de Roberto Schwarz quando em sua obra, *Ao Vencedor as Batatas* (1977), onde analisa a obra e as ideias de Machado de Assis, José de Alencar, entre outros autores. Como se deu essa florescência da literatura no Brasil quase no apagar das luzes do século XIX e que o autor classifica como *ideias fora do lugar*.

Toda ciência tem princípios, de onde deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina fato “ímpolítico e abominável”. Grande degradação considerando-se que as ciências eram as luzes, o progresso, a Humanidade, etc. Para as artes, Nabuco expressa um sentimento comparável quando protesta contra o assunto escravo no teatro de Alencar: “Se isso ofende ao estrangeiro, como não humilha o brasileiro”. Outros autores naturalmente fizeram o raciocínio inverso. Uma vez que não se referem a nossa realidade, ciência econômica e demais ideologias liberais é que são, elas sim, abomináveis, impolíticas e estrangeiras, além de vulneráveis.

[...]

Cada um a seu modo, estes autores refletem as disparidade entre a sociedade brasileira escravista, as ideias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas ideias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil – são referências para todos.

[...]

É claro que a liberdade de trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologias na Europa também; mas lá correspondiam as aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós estas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais objeto o instituto da escravidão (SCHWARTZ, 1977, p.14).

Schwarz afirma que o Brasil, ao longo de sua reprodução social, herdou ideias europeias que, segundo ele, são ideias de sentido impróprio e se tornam matéria e problema para a literatura. Cheia de paradoxos, a literatura carrega a esperança e a liberdade, mas necessita, segundo o autor, de uma “afinação”.

— a falta de transparência social, imposta pelo nexos colonial e pela dependência que veio continuá-lo. Isto posto, o leitor pouco ficou sabendo de nossa história literária ou geral e não situa Machado de Assis.

De que lhes servem então estas páginas? Em vez do “panorama” e da ideia correlata de impregnação pelo ambiente, sempre sugestiva e verdadeira, mas sempre vaga e externa! Tentei uma solução diferente: especificar um mecanismo social, na forma em que ele se torna elemento interno e ativo da cultura; uma dificuldade inescapável, — tal como o Brasil punha e repunha aos seus homens cultos, no processo mesmo de sua reprodução social. Noutras palavras, uma espécie de chão histórico, analisado da experiência intelectual. Pela ordem, procurei ver na gravitação das ideias um elemento que nos singularizava. Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as ideias estavam fora de centro em relação ao seu uso europeu. E apresentamos uma explicação histórica para este deslocamento que envolvia as relações de produção e o parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo capital. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível dia-a-dia, fomos levados a refletir sobre o processo de colonização em seu conjunto, que é internacional (SCHWARZ, 1977, p. 24).

Do decorrer dos séculos de colônia pouca coisa se realizou no sentido “intelectual”, apenas havendo alguns registros de sátiras e prosas “provocadoras” como descreve o autor a respeito do descontentamento de alguns intelectuais e artistas contra o regime colonial. Para entendermos o surgimento de uma “inteligência” brasileira partiremos para a compreensão das condições sociais e históricas do Brasil colônia. As interpretações do Brasil não eram realizadas pelos seus colonos, mas por viajantes e exploradores. Foi necessário que o tempo passasse e que os séculos avançassem para que o desenvolvimento e a modernização dos grandes centros urbanos possibilitassem o aparecimento de um grupo de intelectuais, espalhados por todo o Brasil, que se preocupavam em olhar o chão onde pisam e assim começarem os primeiros registros do Brasil feitos por brasileiros.

Na obra *A ideia de Brasil Moderno* (2004), Octávio Ianni, de forma magistral, demonstra as condições sociais do Brasil analisando *o sentido de sua história*.

Na interpretação marxista da história da sociedade brasileira, lida-se, principalmente com as relações, os processos e as estruturas que constituem as configurações sociais de vida. Configurações que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstância.

As figuras históricas, as cronologias e as façanhas registradas na historiografia oficial e oficiosa são recriadas à luz das formas de vida e trabalho. Em especial, trata-se de deslindar os trabalhos e os dias, as formas de viver e trabalhar, de produzir e consumir, mandar e obedecer, ser e pensar que constituem e explicam as épocas históricas conhecidas como colônia, Império e República. Se deixar de levar em conta as peculiaridades desde ou daquela conjuntura, circunstância, situação, a pesquisa busca descobrir os

contornos e os movimentos que caracterizam as principais configurações históricas da vida nacional. Assim, os fatos gerais e singulares adquirem vida e movimento. Tanto se revelam tensos, críticos ou antagônicos como ganham sentido, forma e direção (IANNI, 2004, p. 51).

O regime colonial impõe ao Brasil um atraso social e um retardo intelectual. Mas vejamos: Como surgiram estes primeiros intelectuais considerados intérpretes do Brasil? Mesmo que de forma tardia, é importante assinalar outros acontecimentos dos decênios posteriores, (como continuidade do processo de modernização do país). Carlos Guilherme Mota, em seu livro *Ideologia da Cultura Brasileira* (2004), avalia a presença dos marcos do processo e faz uma primeira observação sobre a criação e vivência da Universidade no Brasil.

Se o primeiro momento da produção historiográfica mais significativa do século XX no Brasil não está diretamente marcado pela vivência universitária de seus autores que, regra geral, estudaram no exterior, ao segundo momento poderá ser consignada a primeira florescência significativa da Universidade. De fato, foi no final dos anos 40 que os resultados do labor universitário se fizeram sentir. Até então, já se disse alhures, a pesquisa histórica das Faculdades de Filosofia, criadas na década de 30, não apareceu um enriquecimento imediato, mas sim um descaminho. Em São Paulo, onde se instalou o núcleo mais importante de pesquisa no Brasil (1934), com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – núcleo da Universidade de São Paulo -, não foi, na primeira hora, que se sentiram os efeitos da renovação – notados em Geografia, Sociologia, Antropologia e mesmo em História Geral. As missões culturais francesas, italianas etc. propiciaram a vinda de mestres – ou de futuros mestres – do porte de Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, P. Monbeig, R. Bastide, Ungaretti, criando uma tradição de raízes profundas e fisionomia marcada. Não será exagero afirmar que muitas carreiras universitárias de Europeus (franceses notadamente) tiveram nestes “tristes trópicos” seu início. (MOTA, 1994, p.33).

Além de sua inclusão no quadro da produção historiográfica no Brasil. Carlos Guilherme Mota faz um importante resgate da historiografia brasileira, de 1933 a 1974. O autor também destaca o surgimento das primeiras obras e autores representativos de um novo momento, o qual classifica como “Redescobrimento do Brasil”, período que vai de 1933 a 1937, quando surgem os primeiros trabalhos buscando novos caminhos voltados para a interpretação do Brasil como as obras de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Roberto Simonsen.

O redescobrimento do Brasil pode ser registrado na própria sucessão das produções historiográficas posteriores à Revolução de 30.

A Revolução, se não foi suficiente longe para romper com as formas de organização social, ao menos abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira – já arranhadas pela intelectualidade que emergia em 1922, com a Semana de Arte Moderna, de um lado e com a fundação do Partido Comunista, de outro. Assim como no plano da política, na seara historiográfica, novos estilos surgiram, contrapondo às explicações autorizadas de Varnhagem, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna, concepções até então praticamente inéditas, e que soariam como revolucionárias para o momento. A historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca e representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1838), vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado. Este momento é marcado pelo surgimento das obras de *Caio Prado Júnior* (1933), *Gilberto Freyre* (1933), *Sérgio Buarque de Hollanda* (1936) e *Roberto Simonsen* (1937) (MOTA, 1994 p, 28).

Intérpretes de diferentes posições sociais, regionais e políticas começam a lançar seus olhares sobre o Brasil, a sentir “o chão onde pisam e vivem”, refletirem sobre suas províncias, seus estados, suas realidades e as conjunturas políticas e históricas do país. A questão da modernidade passa a ser o foco na visão destes autores, seja no campo da historiografia, romance social, música, pintura, etc. Contudo, precisamos entender de que forma estes autores direcionam suas análises, teorias e conceitos, na tentativa de encontrar novas explicações e argumentações sobre a “cultura brasileira”.

Continuando pelas investigações de Octávio Ianni, este autor faz importantes apontamentos sobre o momento histórico e as interpretações que classifica como sendo as *rupturas mais abrangentes no processo revolucionário brasileiro*.

A história do pensamento brasileiro está atravessada pelo fascínio da questão nacional. No passado e no presente, são muitos os que se preocupam em compreender os desafios que compõem e decompõem o Brasil como nação. E essa preocupação se revela particularmente acentuada nas conjunturas assinaladas e simbolizadas pela Proclamação da Independência de 1822, Abolição da Escravatura e a Proclamação da República em 1888-89 e a Revolução de 30. Esse tema aparece nas produções de publicistas, cientistas sociais, filósofos, artistas. Em diferentes gradações, em várias linguagens, uns e outros passam por ele. A questão nacional está sempre presente, como desafio, obsessão, impasse ou incidente.

Muitos estão interessados em compreender, explicar ou inventar como se forma e transforma a nação, quais as suas forças sociais, seus valores culturais, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. Preocupam-se com o significado das diversidades regionais, étnicas ou raciais e culturais, além das sociais, econômicas e políticas.

Meditam sobre as três raças tristes, explicam a mestiçagem, imaginam a democracia racial. Procuram as desigualdades regionais, raciais e outras na

natureza e na história passada. Inquietam-se com o fato de que a maior nação católica do mundo flutua sob a religiosidade afro e indígena. Espantam-se com o divórcio entre as tendências da sociedade civil e as do poder estatal. Debruçam-se sobre o passado próximo e remoto, buscando raízes nos séculos de escravidão. Atravessam o mar atlântico para encontrar origens lusitanas, africanas, europeias.

Olham no espelho das europas procurando modelos e ideais para se vangloriarem ou estranharem. O anacronismo, bovarismo, mimetismo, exotismo e ecletismo, em matérias científicas, filosóficas e artísticas, fascinam ou assustam muitos dos que se miram em espelhos franceses, ingleses, alemães, norte-americanos e outros (IANNI, 2004, p. 26).

Entre suas importantes obras, Octávio Ianni ressalta a importante contribuição de Caio Prado Júnior para os estudos sobre o Brasil a partir das teorias baseadas no materialismo histórico marxista. Este autor parte do início dos distintos momentos da história do país e avalia as condições econômicas e existenciais da população que nestas terras se formava. Entre suas importantes obras estão, *Evolução Política do Brasil* (1933), que é considerada a obra inaugural deste método de investigação no Brasil e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Nesta última, o autor, valendo-se de seus atributos de historiador, examina as condições do país em todos seus aspectos básicos da formação de uma nação, retrata os novos caminhos possíveis para uma estruturação social, econômica e política, baseado no pensamento dialético marxista, contexto em que relata o que representou os quase quatro séculos de colônia e suas consequências para o progresso do país. Questões como a forma de povoamento, regionalismo e nacionalidade se acrescentam em sua rica abordagem sobre o Brasil contemporâneo. Certamente que Gilberto Freyre possui grande reconhecimento e lugar cativo entre os intérpretes do Brasil, seja pelo conjunto de sua obra e, ao mesmo tempo, por sua obra crucial, *Casa Grande & Senzala* (1933). Este sociólogo se concentra na análise do regime patriarcal ascendente nos primeiros séculos de colonização, da mesma forma que Sérgio Buarque de Hollanda faz na obra *Raízes do Brasil* (1936), mas a partir das teorias de pensadores alemães, dentre os quais se destaca Max Weber (1864-1920), que teve forte influência sobre ele entre muitos intelectuais brasileiros.

O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio a este e no atual. Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se, no plano das realizações humanas, algo de novo. Este “algo de novo” não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um

organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituídas na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente uma certa “atitude” mental coletiva particular. Tudo isso naturalmente já se vem esboçando desde longa data. Os sintomas de cada um daqueles caracteres vão aparecendo no curso de toda nossa evolução colonial; mas é no termo dele que se completam e, sobretudo se definem nitidamente ao observador.

Entramos então em nova fase. Aquilo que a colonização realizara, aquele “organismo social completo e distinto” constituído no período anterior, começa a se transformar, seja por força própria, seja pela intervenção de novos fatores estranhos. É então o presente que se prepara, nosso presente dos dias que correm. Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo. É por isso que, para compreendermos o Brasil contemporâneo, precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará ocupando-se apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que cerca na atualidade (PRADO JÚNIOR, 2002 p.1126).

Esta “revolução do pensar” provocou mudanças em todos os setores da sociedade, mesmo que estes pudessem estar sob a influência dos acontecimentos externos. As novas correntes de pensamento procuravam entender as conjunturas do passado do Brasil e ampliá-las diante das novas possibilidades que se abriam no presente.

A ideia de Brasil moderno está presente ou implícita em escritos de Sílvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Machado de Assis, Raul Pompéia, Lima Barreto e muitos outros. Compreende também movimentos sociais e partidos políticos, além de correntes de opinião pública, nos quais se inscrevem católicos, liberais, democratas, socialistas, anarquistas e outros. Depois, nas décadas de 20 e 30, torna-se muito mais explícita, com Oliveira Vianna, Vicente Licínio Cardoso, Jackson de Figueiredo, Manoel Bomfim, Paulo Prado, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Hollanda, Roberto C. Simonsen, Caio Prado Júnior, Astrogildo Pereira e outros. Não há dúvida, esta problemática está no horizonte de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Portinari, Villa-Lobos e assim por diante. Em seguida, sempre, continua a desafiar o pensamento brasileiro nos escritos de José Honório Rodrigues, Rômulo de Almeida, Celso Furtado, Guerreiro Ramos, Néelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Raimundo Faoro, Antônio Cândido, Florestan Fernandes e muitos outros. Não se trata de imaginar que todos pretendem o futuro ou o presente aperfeiçoado. São múltiplas e contraditórias as interpretações e diretrizes de uns e outros (IANNI, 2004, p.35).

Este retrospecto indica um pouco do processo de desenvolvimento do país, e, ao mesmo tempo, a trajetória de um grupo de intelectuais que se inicia no Brasil. Começamos com a literatura. Conforme esclarece Octávio Ianni, não são apenas os “intérpretes

inaugurais” que iniciam um movimento, mas foi primeiramente através da literatura, baseada na prosa e na poesia que se iniciou este processo. A partir da revolução de 1930, a “questão nacional” passa a ser acentuada na vida da nação. Poetas, escritores de ficção, historiadores, cientistas sociais, ativistas, buscavam refletir sobre o momento pelo qual o país passava, no qual a literatura e o pensamento social abrem as portas para estes autores. Continuamos sempre procurando entender as conjunturas epistemológicas que estas questões que a literatura e o pensamento social geram em torno da história do Brasil. Continuando nas trilhas de Octávio Ianni, destacamos seu primoroso ensaio intitulado *Sociologia e Literatura* (1997), onde faz importantes considerações sobre a criação, significação e a relação da literatura com a sociedade.

É mais do que evidente que a sociologia e a literatura nascem e se desenvolvem desafiadas, influenciadas ou fascinadas pela questão nacional. Colaboram decisivamente na elaboração do mapa da nação, ajudando a estabelecer o território e a fronteira, a história e a tradição, a língua e os dialetos, a religião e as seitas, os símbolos e as façanhas, os santos e os heróis, os monumentos e as ruínas.

Em larga medida, a história da sociologia pode ser vista como a história de uma larga reflexão sobre a questão nacional. Modificam-se os temas e as perspectivas, assim como as situações e os incidentes, mas predomina o problema nacional. A sociedade nacional, vista como um todo ou em algum de seus aspectos, está sempre presente.

Sim, a sociedade nacional é o emblema por excelência de grande parte da produção sociológica.

E isto é evidente nos escritos de Maquiavel, Rousseau, Spencer, Tocqueville, Marx, Durkheim, Weber, Lenin, Mauss, Parsons, Dahrendorf, Giddens e muitos outros, independente das diferentes perspectivas metodológicas.

[...]

Alguns lidam com o nacional e o internacional, assim como com o presente e o passado ou o próximo e o remoto, envolvendo tribos, nações, nacionalidades, culturas e civilizações. Outros empenham-se, simultaneamente, na formação de novas teorias, discutindo, tanto problemas ontológicos como epistemológicos. Trata-se de autores cujos escritos abrem-se para os mais diversos temas, assim como dialogam com enigmas suscitados pela filosofia ou desafios colocados por criações artísticas (IANNI, 1997, p.10).

Estas considerações de Ianni sobre os escritores, a significação e os objetivos de seus escritos, nos remetem a pensar nas possibilidades de procurar entender mais a fundo as motivações, o estilo e preferências ideológicas e políticas de cada autor. Quando estamos pesquisando um autor e suas fontes para se chegar a uma dimensão de seu pensamento, estamos diante de um desafio; não apenas um desafio epistemológico, teórico ou político, mas, sobretudo, sobre o desafio da interpretação.

Portanto, as ideias a respeito dos estudos sociais e científicos no Brasil, juntamente com o processo revolucionário que antecede e eclode nos anos de 1930 e, representa o significado de um novo momento para o Brasil, exposto não apenas na literatura que se produzia nesse momento, mesmo que ainda de forma separada e dispersa. Além da semana de Arte Moderna de 1922, a Revolução de 1930 fez com que muitos escritores, poetas, historiadores e cientistas sociais começassem a pensar o Brasil e suas dimensões geográficas. Percebemos que a partir da revolução de 1930, a “questão nacional” passa a ser acentuada na vida da nação. Adonias Filho, em seu livro *O romance Brasileiro de 30*, esclarece o sentido do romance dito brasileiro neste momento.

É um romance, pois, de documento. E, sendo principalmente o testemunho, não aliena ou elimina – no fundo mesmo dessa percepção realista – a grande auscultação ou a sondagem maior em torno da condição comum. Não falta a interiorização em busca psicológica como também não falta a dialética e força de debate. Uma de suas características, desse romance brasileiro que se realiza mais à sombra dos valores nacionais que sob interferências de escolas como o romantismo e o naturalismo é, precisamente a de concentrar-se em torno de todas as exigências literárias sem perder a constante documentária. As realidades que integram e compõem a matéria ficcional (respeitando o tempo social e o espaço físico na base de regiões e sub-regiões), refletem-se em situações, episódios, ambientes e criaturas. E por isso mesmo, no extraordinário reconhecimento brasileiro em que se converte, jamais perde a representação como um contato imediato com a vida. É o universo brasileiro que se mostra em quadro e imagem, problema e drama, linguagem e paisagem, ficcionalmente se movendo no poder de uma temática que oferece, com os mitos e os símbolos, o caráter nacional e a personalidade do povo (FILHO, 1969, p.11).

Como Adonias Filho afirma; — “é o quadro e a imagem do cenário político, social e cultural do Brasil neste momento”. Entra a questão documentária deste processo de intelectualização juntamente com a missão dos escritores, romancistas, poetas, etnógrafos e cientistas sociais que, como já destacamos, deram enorme contribuição ao pensamento social e a compreensão e crítica da literatura produzida aqui.

A extensão que o romance brasileiro ocupa, junto em conjunto de sua eclosão na primeira metade do século XIX até os nossos dias, não permite dúvida quanto à sua importância documentária. Esse documentarismo, que é uma das mais afirmativas dentre as suas constantes literárias, se por um lado relaciona o romance com a brasileira, pelo outro revela a matéria ficcional como de inspiração decisiva. Há um mundo do lado de fora a tornar-se como acontecimentos, problemas e cenários. As personagens, como figuras humanas ou tipos sociais, robustecem o testemunho. E, embora dentro da variação estilística, mantendo experiências de construção e renovação

técnicas, a verdade é que há nele um sentido brasileiro – direto, ostensivo, flagrante – resultante de suas próprias origens. Não temos que esquecer que o nosso romance nasce dos contos e dos autos populares em um processo de absorção que absorveu três séculos de oralidade (FILHO, 1969, p.11).

A literatura conta a nossa história — como salienta Adonias Filho — há a procura por uma característica para o romance, sua estética, seus personagens brasileiros, os herdeiros ou conquistadores de uma literatura “brasileira”.

Mas, se submerso na brasileira como acervo poderoso e repositório indispensável, o romance é, sobretudo novelístico – e, portanto, autêntica literatura – porque os romancistas não sacrificam os componentes (a atmosfera, a problemática, a ação episódica, a caracterização do personagem) ao depoimento mesmo como expressão social e humana. A infraestrutura literária é maior que a estrutura documentária. O romance, em consequência, é o veículo para o documento e não o documento em si mesmo. Esse documento, porém, e se historicamente considerado, poderá ser visto como principal elemento — a principal constante — que aproxima os romancistas na continuidade que responde pela tradição do romance brasileiro (FILHO, 1969, p.13).

Da literatura para os estudos históricos, sociológicos, antropológicos e geográficos. Eles perpassam diversos momentos das revoluções mais “famosas” e dos estudos científicos no Brasil que, como já foi mencionado, o surgimento da Universidade (USP) e a volta de alguns intelectuais que estudavam no exterior como foi o exemplo de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque, entre outros, principalmente estrangeiros da Escola Francesa que vieram iniciar as atividades e as pesquisas na Universidade de São Paulo (USP). Professores e pesquisadores que tiveram grande importância na tentativa de fomentar os caminhos a serem seguidos pelos futuros cientistas e escritores que o Brasil produziria mais tarde, nas gerações seguintes onde os encontraremos discutindo problemas não mais emblemáticos às transformações sociais advindas das revoluções, mas sobre as novas possibilidades de “progresso” que, de forma produtiva passou a ser referência nas pesquisas sobre a ideia de uma “redescoberta” do Brasil, como sugere Carlos Guilherme Mota em sua obra *Ideologia da Cultura Brasileira* (2004). Daí se inicia outro processo: o de modernização do país e da busca por uma identidade nacional que já germinava com todos os acontecimentos anteriores.

A percepção de todos esses aspectos aqui apontados e examinados por estes autores fundamentais do pensamento científico brasileiro em torno, sobretudo, da ideia de Brasil como uma nação moderna, vai estar presente na obra que nos propomos a examinar. É nesse

sentido que pretendemos apontar para a presença desses elementos apresentados por esses autores na abordagem de Abguar Bastos, que em primeira análise, está comprometido com a revolução brasileira, como se explicará adiante.

CAPITULO II

O NÃO RECONHECIMENTO E O ESQUECIMENTO DE AUTORES E OBRAS

2.1 MEMÓRIA E RECONHECIMENTO

Mesmo fazendo parte do movimento revolucionário, Abguar Bastos e suas obras foram muito pouco pesquisadas. Ele não está fora da lista dos autores ditos esquecidos, mas ocupa seu espaço entre os intérpretes do Brasil. Podemos dizer que foi autor que não recebeu a devida atenção. Evidentemente que isso é algo que acontece com tantos outros de diversas partes do Brasil. Neste contexto, são inúmeros os autores que, por algum motivo, circunstâncias, fatores sociais, regionais, políticos, ideológicos ou históricos, não são estudados, reconhecidos ou aceitos, seja nos meios acadêmicos ou não. O Sociólogo Ronaldo Conde Aguiar em seu livro *O Rebelde Esquecido; tempo, vida e obra de Manoel Bomfim* (2000), chama a atenção para esta reflexão acerca do esquecimento e reconhecimento de autores e obras.

Entre os pensadores sociais em atividade no Brasil, essa situação é bem mais complicada e, digamos, curiosa. Raríssimos são os autores contemporâneos que se aventuram a analisar em profundidade a obra de seus pares – vivos, notem bem. Por quê? É difícil responder prontamente a esta pergunta, embora ela permita algumas conjecturas. É possível dizer, por exemplo, que essa atitude demonstra a existência de um preconceito intelectual, que favorece a produção de textos sobre os autores da moda (em geral, estrangeiros) e considera pouco útil, desprestigiado ou frívolo a elaboração de estudos sobre colegas nacionais e contemporâneos (AGUIAR, 2000, p.13).

Para Ronaldo Conde Aguiar, a questão do reconhecimento e esquecimento é caracterizada pelo preconceito intelectual. O autor justifica os motivos que o levaram a estudar a vida e obra do médico e cientista social Manoel Bomfim. Escritor alagoano, que procurou nas suas obras denunciar a miséria e outros males sociais do Brasil e da América Latina. Foi vítima de vários ataques (dos chamados autores renomados), mas continuou sua obra com afinco e sem medo.

Explico melhor: Desde o início pude verificar surpreso que, a respeito de determinados autores (como Josué de Castro, Guerreiro Ramos, Roquete-

Pinto, Perdigão Malheiro e Arthur Ramos, entre outros) a bibliografia crítica era extremamente escassa ou apresentava enormes lacunas. Observei por outro lado que, em relação a Gilberto Freyre, Euclides da Cunha e Sílvio Romero e alguns outros, existia uma verdadeira montanha de livros, teses, ensaios, muitos dos quais de excepcional qualidade. O fenômeno pareceu-me intrigante – e, como pude verificar depois, tinha uma natureza eminentemente sociológica. Um dia, talvez, mereça ser estudado com mais profundidade (AGUIAR, 2000, p.14).

Às vezes o reconhecimento de uma obra não se dá apenas pelo seu valor estético e sentido, mas pelo autor, o autor como indivíduo. Quem é o autor, qual é seu estilo, sua posição política, ideal, quais assuntos aborda, de onde é? Essas perguntas se faziam a quase todos os escritores, principalmente nos anos 20 e 30 quando apareceram em diversas regiões do Brasil autores que escreviam sobre sua região e que eram principiantes diante dos renomados escritores dos grandes centros culturais do país. Neste aspecto, existem inúmeros autores esquecidos e suas obras empoeiradas pelas prateleiras da vida. Muitas obras sobre questões sociais e políticas não foram aceitas, nem seus escritores citados ou reconhecidos, mas como explicamos, isso não aconteceu apenas com Abguar Bastos. Trata-se de uma questão de preconceito dentro da “hierarquia de relevância”. A originalidade do autor deve ser levada em consideração, além de sua coragem em desafiar os historiadores mais ortodoxos sobre a história do Brasil e a questão revolucionária.

O caráter perpetuante desse processo nasce justamente disso: porque são os mais estudados, os autores consagrados – os *ícones* – são reconhecidos como os mais notáveis representantes do pensamento social brasileiro, o que, em si, já constitui uma avaliação do modo de excluir os demais, menos estudados ou esquecidos. Ao escolher os *ícones* como objetos de suas atenções intelectuais, os estudiosos podem, por isso mesmo, colher as vantagens e a fortuna da sua própria escolha. Os *ícones* formam, por assim dizer, a elite da *hierarquia de relevância* (AGUIAR, 2000, p.16).

Ronaldo Conde Aguiar dá um excelente exemplo da escolha de seu objeto de pesquisa. Justamente por perceber o esquecimento de alguns autores como Manoel Bomfim e de suas importantes contribuições, seja através de suas obras ou por algum manifesto. O autor argumenta sobre o que ele classifica de *hierarquia de relevância*. Não podemos negar que existem situações e objetivos diferentes entre os autores, alguns semelhantes, outros não. Mas como define Ronaldo Conde, a *hierarquia de relevância* exclui muitos e destacam aqueles que, de uma forma ou de outra, recebem algum tipo de privilégio pelo seu lugar nesta hierarquia.

2.2 MOVIMENTOS DAS IDEIAS E INTERPRETAÇÃO

Para entendermos o processo de entendimento da literatura e do pensamento social, temos necessariamente que nos remeter ao método da interpretação. Partimos do reconhecimento de que há necessidade de buscarmos novas abordagens e transformá-las em procedimentos de análise e interpretação. Neste sentido consideramos que a interpretação de textos ganha novas possibilidades de esclarecimento através do método hermenêutico, tal como tem sido formulado e adotado por dois grandes filósofos do século XX. Um deles é alemão, viveu 102 anos. É uma referência de seu tempo e de sua contribuição para os estudos sobre hermenêutica. Mesmo sendo pouco lido em países anglo-saxões, este autor sempre teve notoriedade dentro da filosofia ocidental e universal. Ele é o criador das *hermenêuticas filosóficas* e é também um amante e intérprete da literatura e das artes em geral, sendo temas recorrentes em suas obras. Estamos falando de Hans-Georg Gadamer (1900-2002). Gadamer é aclamado por muitos autores e críticos como sendo “o último velho mago da filosofia alemã” (LAWN, 2007). E não por acaso que este nobre senhor produziu até o fim de sua vida ativamente. Sua obra máxima e elementar é *Verdade e Método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* e *Verdade e Método II: complementos e índice* (1960). Gadamer vê a possibilidade de explicitar fenomenologicamente o acontecer hermenêutico em três esferas da tradição: o acontecer na obra de arte, o acontecer na história e o acontecer na linguagem.

Hans Gadamer observa a hermenêutica como uma possibilidade extremamente importante do fazer e o observar científico, desde os primeiros estudos da hermenêutica bíblica iniciada por Schleiermacher (1768-1834), para a leitura e interpretação dos textos sacros. Com o passar dos séculos o uso da palavra hermenêutica passou a outros níveis, sendo denominada então como hermenêutica filosófica, inclusive sobre seus novos usos com relação à interpretação das obras de arte e como a própria literatura. Não queremos aqui fazer um levantamento histórico sobre a questão da hermenêutica, mas podemos direcionar uma explicação que nos remete ao início da hermenêutica bíblica para o desenvolvimento da hermenêutica moderna do século XX.

Quando hoje falamos em “hermenêutica”, encontramos-nos situados, bem ao contrário, na tradição científica da modernidade. O uso moderno da palavra “hermenêutica” principia exatamente aí, quer dizer, com o surgimento do conceito moderno de método e de ciência. No seu uso aparece sempre

implícita uma espécie de consciência metodológica. Não apenas possuímos a arte da interpretação como também podemos justificá-la teoricamente. O primeiro registro da palavra “hermenêutica” como título de livro data do ano de 1654, em Dannhauer. Desde então, distinguimos entre uma hermenêutica teológico-filológica e uma hermenêutica jurídica (GADAMER, 2002, p.113).

Para Gadamer a motivação objetiva da hermenêutica é também uma motivação formal que ganhou influência no princípio da modernidade. Para Gadamer esse feito abriu caminho rumo a uma teoria geral da interpretação das linguagens simbólicas. Segundo o autor, foi por causa de sua generalidade que a hermenêutica passou a ser estudada e tratada como uma parte importante dos meios de interpretação e da lógica. A inserção de um capítulo hermenêutico na lógica de Chr. Wollf. Gadamer afirma que ele desempenhou um papel decisivo para o século XVIII. Esclarece que isso foi efeito de um interesse lógico-filosófico. Gadamer atribui à hermenêutica uma tarefa teórica e prática.

Ao pesquisarmos sobre um autor ou uma obra de arte, seja ela qual for, precisamos considerar diversas fontes para seu entendimento, sejam biográficas ou não. O método hermenêutico possibilita a busca pelo entendimento da compreensão, partindo das “particularidades” para o “todo”. Um texto, assim como a obra de arte, precisa ser compreendido pelo todo, sendo o próprio intérprete também objeto de interpretação.

Schleiermacher diferenciou este círculo hermenêutico da parte e do todo, tanto no seu aspecto objetivo quanto subjetivo. Assim como a palavra singular pertence ao contexto da frase, também o texto singular pertence ao contexto da obra de seu autor e este ao todo do respectivo gênero literário ou da respectiva literatura. Por outro lado, enquanto manifestações de um momento criador, o mesmo texto pertence ao todo da vida espiritual de seu autor. A compreensão só pode realizar-se a cada vez neste todo objetivo ou subjetivo. Com base nesta teoria, Dilthey vai falar de “estrutura” e de “centralização num ponto médio”, a partir de onde se dá a compreensão do todo. Com isso, ele transfere para o mundo histórico o que, de há muito, é um princípio fundamental de toda interpretação: que é preciso compreender um texto a partir de si próprio (GADAMER, 2002, p.72)

Quando temos o objetivo de analisar uma obra de história, não pertencendo à historiografia “dita oficial”, estamos diante de algumas questões envolvendo a situação a respeito de que história está sendo contada e quem a conta ou escreve. Porém, além de procurar a legitimidade de determinado fato histórico, antes, precisamos entender as motivações do autor. Esta é a pergunta do ponto de partida para o entendimento de um autor e sua obra. Quais foram às motivações que levaram a escrever determinada obra? Outro fator

importante é entender o estilo e o gênero literário nos quais o autor escreve e qual a mensagem que ele quer passar. Nesta pesquisa, em particular, estamos diante de um escritor que foi romancista regionalista nos anos 30, mas que nos anos posteriores também pesquisou e escreveu sobre outros gêneros e temas como folclore, sociologia, antropologia e história.

[...] A tarefa do escritor corresponde aqui à tarefa do leitor, do destinatário e do intérprete, que é a tarefa de alcançar essa compreensão, ou seja, fazer com que o texto fixado por escrito fale novamente. Nesse sentido, ler e compreender significa restituir à informação sua autenticidade original. A tarefa da interpretação se apresenta quando o conteúdo do que é fixado por escrito é controverso e é preciso alcançar a reta compreensão da “informação”. Mas a “informação” não é o que o orador ou o escritor disse originalmente, mas o que queria dizer se eu tivesse sido seu interlocutor originário. O problema hermenêutico na interpretação das “ordens”, por exemplo, é que estas devem cumprir-se “conforme seu sentido” (e não ao pé da letra). O que se explica pela constatação de que um texto não é um objeto dado, mas uma fase na realização de um processo de entendimento (GADAMER, 2002, p.398).

O método hermenêutico possibilita o melhor entendimento sobre o distanciamento do tempo e da própria história. Segundo Gadamer, precisamos entender a história como construção humana e de que forma essa construção se deu e porque se deu? Devemos perguntar como poderia ter sido? E se fosse de outra maneira? Como entender o significado de uma obra e arte, seja um quadro, uma obra literária ou um texto histórico? O processo de interpretação pode aproximar ou responder tais questões, no entanto, é necessário que o pesquisador esteja atento às diversas conjunturas teóricas que as obras possuem, sejam elas de cunho ficcional, sociológico ou histórico.

A ingenuidade do que chamamos de historicismo consiste em que, evitando esse tipo de reflexão e confiando em sua metodologia, acaba por esquecer sua própria historicidade. O que cabe reivindicar aqui é a passagem de um pensamento histórico mal compreendido a um pensamento histórico melhor compreendido. Um pensar verdadeiramente histórico deve pensar também sua própria historicidade. Somente assim deixará de perseguir a quimera de um objeto histórico, que é o tema de uma investigação progressiva, mas para aprender a reconhecer no objeto o outro de si próprio e com isso tanto um quanto o outro. O verdadeiro objeto histórico não é um objeto, mas a unidade de um e outro, uma relação que compreende tanto a realidade da história quanto a realidade da compreensão histórica. Uma hermenêutica adequada e correta teria de demonstrar na compreensão essa realidade própria da história. Chamo de “história-efeitual” o que corresponde a essa exigência. Compreender é um processo histórico-efeitual, e se poderia demonstrar que é na linguagem própria a toda compreensão que o acontecimento hermenêutico traça seu caminho (GADAMER, 2002, p.81).

O outro autor é francês, e também se deve a ele as mesmas referências feitas a Hans Gadamer, pois estes dois filósofos viveram literalmente o século XX, e em circunstâncias diferentes, sentiram na pele os dilemas de um século cheio de acontecimentos marcantes como as guerras e revoluções. Estas experiências certamente marcaram sua vida, trajetória e sua filosofia. Referimo-nos a Paul Ricoeur (1913-2005). Intelectual de amplo reconhecimento, com uma obra abarcando várias abordagens hermenêuticas. Apresenta uma densa contribuição ao campo da hermenêutica aplicada à religião, ao direito, à literatura e às artes. Ricoeur foi um dos grandes autores que trabalharam temas como a interpretação e a memória. Em suas obras, como nos três volumes de *Tempo e Narrativa* e em *A memória, A história, O esquecimento* (2007). As teorias e a aplicação do método hermenêutico fornecem ferramentas para a interpretação do autor e de suas reflexões, que sempre estão presentes em sua obra, seja na literatura ficcional, seja na escrita documental, ou seja, pelas narrativas ficcionais e historiográficas.

Em Paul Ricoeur nos concentramos na sua busca pela consciência da memória e da história, além das implicações e dos significados do esquecimento e do tempo. A preocupação com as questões sobre a história é outro tema importante da obra de Ricoeur. O autor examina as narrativas ficcionais e históricas e define seu procedimento de análise a partir do instrumental hermenêutico. A narrativa histórica contém inevitavelmente elementos da narrativa ficcional, da mesma forma que as narrativas ficcionais contêm elementos históricos. É nesta discussão que Ricoeur se inclina na tentativa de explicar como ocorrem as formas e o processo de interpretação hermenêutico dentro das possibilidades da narrativa histórica e ficcional. Em sua obra *A Memória, A História, O esquecimento* (2007), Paul Ricoeur dedica o primeiro capítulo da segunda parte à *fase documental e a memória arquivada*, mas nesta parte, o autor vai tratar especificamente da fase documental e da operação histórica. Na nota de orientação desta obra, o autor faz algumas abordagens sobre a *explicação/compreensão*, que a autonomia da história relativamente à memória se afirma mais fortemente no plano epistemológico.

A bem da verdade, essa nova fase da operação historiográfica já estava imbricada na precedente, na medida em que não há documento sem pergunta, nem pergunta sem projeto de explicação. É em relação à explicação que o documento constitui prova. Entretanto, aquilo que a explicação/compreensão acrescenta de novo em relação ao tratamento documental do fato histórico diz respeito aos modos de encadeamento entre fatos documentados. Explicar é, em geral, responder a pergunta “porque” por meio de uma variedade de utilizações do conector “porque”. Nesse aspecto, será tão necessário manter a operação historiográfica na vizinhança dos

procedimentos comuns a todas as disciplinas científicas, caracterizadas pelo recurso, sob as formas diversas, a processos de modelização submetidos ao teste da verificação.

[...]

É pela importância que a história atribui à mudança e às diferenças ou separações que afetam as mudanças que ela se distingue das demais ciências sociais e, principalmente, da sociologia. Esse traço distintivo é comum a todos os compartimentos da história: realidade econômica, fenômenos sociais no sentido limitador do termo, práticas e representações. Esse traço comum define de forma limitadora o referente do discurso histórico no seio do referente comum a todas as ciências sociais (RICOEUR, 2007, p.193).

As indagações de Paul Ricoeur vão de encontro com a questão da lembrança. Existem lembranças que queremos esquecer, ao mesmo tempo, existem lembranças que insistem em permanecer vivas, mesmo que façamos algum esforço para esquecê-las. Como já citamos, há um distanciamento de tempo entre as décadas de 1930 e 1969. Neste espaço de tempo, o Brasil passou por várias fases, assim como o próprio autor. Abguar Bastos não é mais o mesmo escritor regionalista dos anos 30. Agora, o autor é um ativista, um socialista que busca em sua obra demonstrar a importância de todas as revoluções, conflitos e os fatos que determinaram a história da política revolucionária brasileira, e o mais importante: demonstrar que todas as lutas e revoluções fazem parte de uma só. Ricoeur enfatiza sobre o tempo histórico. Mais além, precisamos abordar sobre o testemunho do autor. Não esquecendo que Abguar Bastos foi um grande militante contra as forças opressoras.

Não voltarei à análise do tempo calendário de *Tempo e Narrativa*. Meu propósito, hoje, é diferente, na medida em que me importa menos a conciliação entre a perspectiva fenomenológica e a perspectiva cosmológica sobre o tempo do que a transição da memória vida à posição “extrínseca” do conhecimento histórico. É então como uma das condições formais de possibilidade da operação historiográfica que retorna a noção de terceiro tempo.

Limito-me a recordar a definição que dá Benveniste do “tempo crônico”, que eu chamava terceiro tempo por conta das necessidades de meu argumento: 1) referência de todos os acontecimentos a um acontecimento fundador que define o eixo do tempo; 2) possibilidades de percorrer os intervalos de tempo segundo as duas direções opostas da anterioridade e da posteridade com relação à data zero; 3) constituição de um repertório de unidades que servem para denominar os intervalos recorrentes: dia, mês, ano, etc.

É esta constituição que importa agora relacionar com a mutação histórica do tempo da memória. Em certo sentido, a datação enquanto fenômeno de inscrição, não é desprovida de vínculos com uma capacidade para a datação, com uma databilidade originária inerente à experiência viva e, singularmente, ao sentimento de distanciamento do passado e à apreciação da profundidade temporal (RICOEUR, 2007, p. 163).

Neste sentido, nosso objeto é uma obra de história, mas antes, é uma obra escrita e contada por um indivíduo. Não é apenas uma obra de história e da história das revoluções no Brasil. Antes de tudo, usando os termos usados por Ricoeur e Gadamer, toda obra é um documento e, portanto, deve ser examinada minuciosamente. *História da Política Revolucionária no Brasil* é uma importante obra que não apenas retira o romantismo da “história dita oficial”, assim como busca dar significado à realidade dos acontecimentos, fatos históricos, críticas e elementos para se repensar este processo revolucionário e seus acontecimentos e desdobramentos que desembocariam num processo revolucionário e de uma busca por uma identidade nacional e cultural.

A última limitação interna a que se submete a reflexão da história sobre seu próprio projeto de validade relaciona-se com a noção de interpretação, cujo conceito será especificado mais adiante. Pode - se estranhar a evocação tardia sobre o tema interpretação em nosso próprio discurso: não poderia ter aparecido no lugar da interpretação, ou seja, no âmbito da epistemologia da operação historiográfica.

[...]

A amplitude do conceito de interpretação não está ainda totalmente reconhecida numa versão que considero como uma forma fraca de reflexão sobre si mesma e comumente apresentada sob o título “subjetivo *versus* objetividade na história”.

[...]

Na verdade, o que se põe em evidência, sob a denominação canônica de “subjetividade *versus* objetividade” é, por um lado, o envolvimento pessoal do historiador no processo de conhecimento e, por outro lado, seu envolvimento social e, mais especificamente, institucional. O duplo envolvimento do historiador constitui um simples corolário da dimensão de intersubjetividade do conhecimento histórico enquanto domínio do conhecimento de outrem; mais exatamente, os homens do passado acumulam a dupla alteridade do alheio e do ser passado, ao que Dilthey acrescenta a alteridade suplementar que a mediação pela inscrição constitui, ao especificar a interpretação entre as modalidades da compreensão: alteridade do alheio, alteridade das coisas passadas, alteridade da inscrição se conjugam para fixar o conhecimento histórico no âmbito das ciências do espírito. O argumento Diltheyano que é também, em parte, o de Max Weber e o de Karl Jaspers, encontrou eco junto a historiadores profissionais como Raymond Aron e Henri-Irénée Marrou (RICOEUR, 2007, p. 347).

A colaboração e compreensão destes autores em torno das teorias da interpretação, juntamente com o diálogo com a produção científica nos coloca diante do desafio do compreender um autor e sua obra. A obra de história tem suas problemáticas, assim como todas as ciências, mas independente da historiografia oficial, como mencionamos antes, estamos tratando de uma obra de história, mais precisamente da história das revoluções no

Brasil e, neste processo, inevitavelmente, nos deparamos também com outra história, desta vez, sem nenhum compromisso em “esconder” ou omitir fatos. Nesta ocasião, Abguar Bastos escreve *História da Política Revolucionária no Brasil*, V. I e II (1969/1973), Além de *Prestes e a Revolução Social* (1946), sem preocupação com alguma distorção sobre algum fato histórico oficial. É importante salientar, como já mencionado na introdução, que Abguar Bastos foi um atuante político e revolucionário, participando ativamente da revolução de 1930 e das posteriores. Em suas narrativas, o autor minuciosamente nos conta os fatos e os bastidores da história das revoluções em todas as regiões do país e, que todas elas fazem parte de uma só, além de destacar os fatores que encaminharam o Brasil para o seu processo de modernização e de busca de uma identidade nacional. De início, tentaremos entender a construção do autor e partiremos para o entendimento de sua obra social e política.

2.3 AS DIFICULDADES DE SER UM INTELECTUAL COMO ABGUAR BASTOS NUM PAÍS COMO O BRASIL

Neste momento histórico os conceitos sobre estética e ideologia estavam em amplo debate em todo o Brasil – daí se inicia alguns embates entre intelectuais de diversos estados. Outro fator que gerou discussão era o que seria a modernidade no sentido nacional e regional. São Paulo e Rio de Janeiro eram os grandes centros culturais do país. Os movimentos que aconteciam nestes centros chegavam aos demais estados, mas havia e ainda há particularidades entre estas regiões do país.

Em 1930 Abguar Bastos publica em Belém seu primeiro romance com o título de *A Amazônia que ninguém sabe*. Em 1934, no Rio de Janeiro publica o mesmo romance com o título de *Terra de Icamiba*. Este romance tinha um sentido de discordância contra as concepções do escritor paulista Mário de Andrade e seu romance *Macunaíma* (1928). Marco Aurélio Coelho de Paiva, em seu artigo *Um outro herói modernista* (2008) esclarece este debate. Vejamos.

O contraste entre os modos diferenciados de delineamento dos heróis do romance/rapsódia *Macunaíma*, de Mário de Andrade e do romance social *Terra de Icamiba*, de Abguar Bastos, publicados, respectivamente, em 1928 e 1930, muito revela a especificidade e o tipo de dinâmica a marcar e determinar as múltiplas relações entre autores e obras culturais dentro desse “mundo social” relativamente autônomo que é o campo literário.

Se a aversão de Mário de Andrade, por exemplo, a qualquer tipo de regionalismo em literatura ancorava-se na sua percepção de quase confinamento “de beco” a que determinados escritores contentavam-se a

permanecer, o que em última instância e a despeito da ânsia demonstrada por tais autores por deslindar uma realidade peculiar, redundaria, ao revés, em uma deturpação da própria realidade e da nacionalidade. Abguar Bastos, por seu turno, buscou contrapor-se a essa posição do autor de *Paulicéia desvairada* ao tentar reconciliar na sua prosa ficcional de estreia uma perspectiva modernista e uma visão regionalista da Amazônia (PAIVA, 2008, p.1).

As discordâncias entre os dois autores não acabaria neste fato. Em seu artigo publicado no jornal da UBE (União Brasileira de Escritores), o escritor e jornalista Nicodemos Sena, relata que: Em certa ocasião, em 1928, Abguar Bastos estava no município de Coari, no Amazonas, onde exercia o cargo de prefeito interino quando, para sua surpresa, teve que receber a senhora Olívia Guedes Penteado, que era chamada de “rainha do café”, acompanhada de duas sobrinhas e Mário de Andrade, então secretário da “rainha”. Abguar Bastos nem fez questão de cumprimentá-lo. Nicodemos Sena continua:

A semana de Arte Moderna de 1922, que estourou como um vulcão em São Paulo provocou tremores em todo o Brasil. No Pará, os espíritos argutos de Abguar Bastos e Bruno de Menezes imediatamente fileiras com “os meninos” de São Paulo. Nas páginas da revista *Belém Nova*, dirigida por Bruno. Abguar lançou, em 1927, o importante manifesto aos intelectuais paraenses, mais conhecido como *Manifesto Flamináçu* (na ortografia antiga, *Flamin-Assu*, ou seja, Grande Chama, em tupi). Tratava-se de um grito de rebeldia contra as cópias melancólicas e um convite ao retorno das coisas da Amazônia.

[...]

Perguntado sobre o que acha do regionalismo, o romancista paraense Santana Pereira, autor de *Invenção de Onira* e *Os Saparás*, respondeu, com muita razão: “Li de Gabriel Garcia Marques, de Milan Kundera, de Jorge Amado, que o mundo de cada um de nós é o mundo de todos os homens”.

Nasci aqui, aqui me criei, é isto que conheço. Vou falar de que e de quem senão daqui e de nós? Ouvi de um empresário japonês:

O homem é o mesmo em qualquer parte do mundo. Penso que com regionalidade podemos ser universais, desde que façamos com engenho e arte”. E a prova disso é que Tolstói expressou a “alma russa” em *Guerra e Paz*, assim como Guimarães Rosa transportou o sertão das gerais para as páginas de *Sagarana* e *Grande Sertão: Veredas*. Ouso afirmar que o “regional” e o “universal”, assim como a “humanidade”, em arte não passam de abstrações vazias. Não existem. O que há é o ser humano concreto, que nasce, cresce e morre em algum lugar. Captar esse homem, que o próprio escritor traz dentro de si mesmo, com suas alegrias e tristezas, esperanças e decepções, heroísmo e vilanias, deve ser o objetivo do artista que se deixa conduzir pela “grande chama” preconizada por Abguar Bastos.

[...]

Anos depois, já morando em São Paulo, Abguar foi convidado à reunião na qual se projetava fundar a União Brasileira de Escritores, no oitavo andar de um edifício da Rua Álvares Penteado ou 15 de novembro.

Encontrou a sala de entrada vazia. Procurou outra sala ao lado e aí se deparou, sozinho, sentado, com o Mário de Andrade. Cumprimentou-o. Mário respondeu, sem enfado. Abguar sentou-se. Então Mário fez uma pergunta sobre a oportunidade da Associação. Já parecia afável. Os dois começaram a conversar sem ressentimentos. Dentro em pouco pareciam velhos amigos.

Durante a reunião, Mário mostrou-se cordial com as propostas de Abguar. Ao sair, num gesto surpreendente, Mário de Andrade virou-se para Abguar Bastos e lhe disse: “Vamos tomar um chope no Franciscano?”.

Estava alegre, como se a reconciliação o confortasse.

Acredito que esta questão sobre estética e ideologia tem ligação direta com o posicionamento político dos autores, o possível reconhecimento ou esquecimento dos mesmos. Podemos responder às seguintes perguntas: Porque Abguar Bastos não recebeu o devido reconhecimento por sua obra social e política? Apesar das dificuldades que separava o autor dos grandes centros culturais do país, Abguar Bastos fez sua parte nos movimentos que criou junto aos intelectuais paraenses como o *Manifesto Flamináçu*, de 1927 entre outros. Depois de mudar para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo, Abguar Bastos conseguiu publicar quase toda sua obra nos anos de 1960. Apesar de a ditadura militar eclodir em 1964, o mercado editorial brasileiro já estava mais avançado, e em 1969, pela coleção *Temas brasileiros*, Abguar Bastos publica pela Editora Conquista, *História da Política Revolucionária no Brasil*, e em 1973 saíria o segundo volume da obra. Neste mesmo período outros intelectuais publicaram obras de cunho social e político, como por exemplo, *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes, um dos principais defensores de uma sociologia crítica e militante. Esta obra, em particular, é essencial para a compreensão dos aspectos principais que assume a revolução burguesa no Brasil em sua condição de país periférico e com uma forte herança colonial e escravista.

Não podemos dizer que Abguar Bastos foi desvalorizado ou totalmente esquecido por sua obra social e política. Ele foi elogiado por importantes críticos da época e, ao mesmo tempo, era criticado por outros intelectuais e militares que discordavam de seus ideais políticos. Abguar Bastos lutava por estes ideais. Portanto, valendo-se da sugestão de Ronaldo Conde Aguiar, podemos afirmar que Abguar Bastos não ocupava merecido lugar na *hierarquia de relevância*, fato que não tira o esforço do autor e o brilho de sua obra. Este momento corresponde, conforme esclarece Carlos Guilherme Mota, a um dos mais críticos do Brasil, embora a temática da produção cultural viesse à tona com maior intensidade neste momento histórico. Vejamos o quadro:

I - Na década de 30, sendo marcantes as obras de Freyre e F. de Azevedo, correspondem à era do redescobrimento do Brasil; momento das interpretações dos “grandes intelectuais”, para retomar a expressão de Gramsci.

II - O fim do Estado Novo, apresentando duas frentes: uma voltada para o passado, para o ideal aristocrático de cultura; outra, voltada para o futuro, caracterizada já pelos marcos do pensamento radical de classe média. Alguns frutos do labor deste se manifestarão através dos quadros universitários, num processo de institucionalização do saber. Assiste-se à substituição da *qualificação* intelectual pela função intelectual. Esboçam-se algumas formas de pensamento radical, embora o pano de fundo ainda seja dado pelas concepções culturais criadas nos quadros das oligarquias.

III - Nos anos 50, a institucionalização de quadros intelectuais provoca o engajamento nas linhas do nacional-desenvolvimentismo. O nacionalismo como ideologia impregna os diagnósticos desenvolvimentistas. Formulações críticas surgem no fim dos anos 50, radicalizando-se na primeira parte dos anos 60. O pano de fundo é, todavia dado pelo reformismo populista.

IV - Na segunda metade dos anos 60, revisões radicais rompem com os quadros de diagnósticos da era desenvolvimentista. O sistema reage aos avanços do populismo; o pensamento crítico se radicaliza, revendo-se, combatendo o reformismo populista, intensificando as pesquisas sobre as classes sociais, ampliando o debate sobre dependência.

V - Na última etapa, período de fechamento em resposta à radicalização. Linhas de produção são cortadas, com a neutralização radical ou eliminação dos intelectuais “orgânicos”. Massificação e revitalização da ideologia da cultura brasileira. Fechamento das eventuais brechas no sistema ideológico (MOTA, 1994, p.48).

O Sociólogo Renato Ortiz em sua obra *A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural* (1994), esclarece sobre a temática do mercado dos bens culturais no Brasil.

Se os anos 40 e 50 podem ser considerados como momentos de incipiência de uma sociedade de consumo, as décadas de 60 e 70 se definem pela consolidação de um mercado de bens culturais. Existe, é claro, um desenvolvimento diferenciado dos diversos setores ao longo desse período. A televisão se concretiza como veículo de massa em meados de 60, enquanto o cinema nacional somente se estrutura como indústria nos anos 70. O mesmo pode ser dito de outras esferas da cultura popular de massa: indústria do disco, editorial, publicidade, etc.

[...]

Creio que é possível apreendermos essas mudanças se tomarmos como ponto para reflexão o golpe militar de 64. O advento do estado militar possui na verdade um duplo significado: por um lado se define pela sua dimensão política; por outro, aponta para transformações mais profundas que se realizam no nível da economia.

[...]

Evidentemente a expansão das atividades culturais se faz associada a um controle estrito das manifestações que se contrapõem ao pensamento autoritário (ORTIZ, 1994, p.114).

Neste momento, o mercado editorial brasileiro tinha certa independência diante do regime autoritário, menos com as publicações de textos, manifestos ou livros de tendências anarquistas, socialista e comunista. Abguar Bastos foi deposto do mandato de deputado federal em 1937 pelo regime de Getúlio Vargas. Em 1969, muitos personagens da política nacional e da revolução de 1930 ainda estavam vivos quando Abguar Bastos publicou o primeiro volume de *História da Política Revolucionária no Brasil*, e evidentemente, não agradou a todos.

CAPITULO III

O PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO DE ABGUAR BASTOS

3.1 HISTÓRIA DA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL VOL. I (1900-1932)

Ao iniciarmos a análise da obra *História da Política Revolucionária no Brasil* (1969/1973), como já explicamos, procuramos nos apoiar no método hermenêutico com a intenção de trazer elementos para o esclarecimento da obra. Nosso objetivo é buscar compreender o pensamento crítico do autor, suas convicções e ideais para buscarmos entender o sentido dos seus escritos sociais e políticos. Para iniciar argumentaremos sobre o “círculo hermenêutico” e o sentido de “vivência”, conceitos utilizados por Hans Gadamer e por outros autores como Friedrich Schleiermacher (1768-1834) e Wilhelm Dilthey (1768-1834).

Schleiermacher faz referência ao “círculo hermenêutico” como um enigma no centro da interpretação. A ideia de círculo não é exclusiva da hermenêutica, pois já foi apresentado na retórica clássica, mas Schleiermacher dá ênfase ao círculo e o coloca no centro da sua teoria da interpretação. Aqui está uma de suas muitas formulações do círculo.

[...]

Existe [...] uma oposição entre a unidade do todo e as partes individuais do trabalho, de forma tal que a tarefa seja organizada em duas partes, por exemplo: entender a unidade do todo através das partes individuais e o valor das partes individuais através da unidade do todo.

[...]

Quando os significados são entendidos como constantemente redefinidos em relação ao contexto mutável, a circularidade não é mais viciosa.

Um aspecto do círculo hermenêutico é a lacuna entre os processos de pensamento do autor, suas crenças, intenções e os significados comumente entendidos das palavras usadas (LAWN, 2007, p.68).

Ao tratarmos desta obra, *História da Política Revolucionária no Brasil*, percebemos que o autor, Abguar Bastos, narra passo a passo suas referências sobre as revoluções que ocorreram no país, de norte a sul, revelando detalhadamente os bastidores e os autores do processo revolucionário. Queremos esclarecer que todas as revoluções fazem parte de uma só. Como sugere a citação acima, as revoluções aconteceram em todo o país, com suas particularidades, mas que estas partes formam um todo e pertencem à mesma causa; a grande revolução, com todas as suas partes. Da mesma forma trabalharemos com o conceito de

“vivência” também estudado por Gadamer como fator primordial para a compreensão do autor e do texto.

A pesquisa do surgimento da palavra vivência (*Erlebnis*) na literatura alemã conduz ao surpreendente resultado de que, diferentemente de “vivenciar” (*Erleben*), somente se tornou usual nos anos 70 do século XIX. No final do século XVIII ela absolutamente ainda não existe, mas também Schiller e Goethe não a conhecem. O testemunho mais antigo parece ser uma carta de Hegel. Mas também nos anos 30 e quarenta encontrei, até o momento, ocorrências muito isoladas de (Tieck, Alexis e Gutzkow). Da mesma forma, parece ser rara a palavra nos anos cinquenta e sessenta, somente aparecendo com maior frequência nos anos setenta. Sua introdução geral no uso da linguagem comum está vinculada, pelo que parece, à sua aplicação na literatura biográfica.

Como se trata aqui de uma formação secundária da palavra “vivenciar”, que já é mais antiga e que já se encontra com frequência na época de Goethe, deve-se extrair a motivação para essa nova formação da palavra na análise do significado de “vivenciar”. Vivenciar significa, de início, “ainda estar vivo, quando algo acontece”. A partir daí a palavra “vivenciar” apresenta o tom da imediatividade com que se aprende algo real, em oposição àquilo que se pensa saber, mas para o qual falta credencial da vivência própria, quer porque tenhamos recebidos de outros, porque venha do ouvir, falar ou que o tenhamos deduzido, suposto ou imaginado. O vivenciado (*das Erlebte*) é sempre o que nós mesmos vivenciamos (*das Selbsterlebte*) (GADAMER, 2008, p. 104).

Neste sentido, a abordagem desta obra, assim como todas as outras, requer um cuidado especial. O sentido de vivenciar, como afirma Gadamer “*ainda estar vivo quando algo acontece*”, não obstante, foi exatamente o que aconteceu com Abguar Bastos. Ele simplesmente esteve presente em momentos significativos do processo revolucionário atuando como político e escritor, até ser deposto do mandato de deputado federal pelo Estado do Pará. Mas o que interessa provar aqui é que o autor de *História da Política Revolucionária no Brasil* vivenciou os principais momentos das revoluções e do Modernismo brasileiro.

Abguar Bastos participou da Semana de Arte moderna de 1922, quando organizou com seus amigos os manifestos dos intelectuais paraenses sobre regionalismo e modernismo. Mais tarde, nos anos 30, Abguar Bastos mudou-se para o Rio de Janeiro para inclinar-se à vida política (já que seria eleito em 1934 para deputado federal por seu estado natal), e para publicar seus livros como *Terra de Icamiba*, de 1934. O autor publicou seus três romances na década de 30, mas este período de tempo que sai dos anos 30 e parte para os anos 60 não passam em branco na vida de Abguar Bastos. Ele continua publicando seus livros e se volta para os estudos políticos, sociológicos e etnográficos, como por exemplo, sendo amigo próximo de Luís Carlos Prestes, em 1946, o autor escreveu a obra *Prestes e a Revolução*

Social, dentre outros livros e novelas, já citados na introdução. Chegando aos anos de 1960, inicia suas pesquisas sobre a política revolucionária no Brasil, fatos que ele vivenciou enquanto político, militante socialista e escritor.

Na apresentação desta obra, escrita por Arthur Cezar Ferreira Reis, o autor assinala:

Nesta *História da Política Revolucionária no Brasil*, sente-se que o autor amadureceu e se realiza com a sobriedade necessária em historiador, na linguagem que devemos adotar, com a segurança que resulta de um exame sereno, penetrante, das fontes, dos cedulários, dos testemunhos de todas as peças, enfim, que podem ser utilizados para que se alcance a verdade, objetivo final do historiador.

Abguar Bastos, homem da Amazônia, por ela apaixonado, a ela dedicado quase toda sua inteligência criadora, nunca foi personagem para o sensacionalismo de imprensa. Conheci-o em Manaus.

Nossas relações nunca foram íntimas. Ao contrário, muito cerimoniais.

Nunca, todavia, deixei de admirá-lo pelo que escrevia e pelo que sustentava. Porque o que não admito nas pessoas é a covardia das atitudes, covardia no fingimento de ideias a que não se serve ou no policiamento das ideias dos outros. Os livros que já lhe devemos, sobre a dramática Amazônica, revelaram-no um estilista e uma imaginação magnífica que soube ver e registrar aquela dramática, no romance, na interpretação de cenário e de humanidades, no ensaio, com coragem e com sensibilidade que merecem respeito e, porque não confessar, admiração.

No capítulo I, intitulado *Processo de Emancipação da Nacionalidade*, o autor destaca o início do processo de colonização e registra as primeiras manifestações que foram originando na nação um “sentimento” de nacionalidade. Demonstra através dos fatos ocorridos, seja nas lutas políticas ou conflitos, num momento em que o país buscava uma identidade nacional.

Da luta dos índios contra a ocupação e suas terras; do mestiço contra os métodos de exploração e subjugação do colonialismo, que se agravava pelos conflitos de etnia; e, afinal, da luta do brasileiro (já amparado por institutos jurídicos e já étnica e culturalmente modelados), contra a tutela de estados opressores, formou-se o contorno de um estado de consciência dos conflitos históricos, que fomentou os vários tipos de luta a serem desencadeados com mais energia: a dos povos livres contra governos usurpadores e escravizadores; a do trabalhador contra Estados patronais; a do povo já organizado jurídica, territorial, religiosa e economicamente, contra os que insistiam em mantê-lo sob o regime de dependência e exploração (BASTOS, 1969, p.18).

A questão do pós-guerra teve um sentido “positivo” para o Brasil, mas um sentido de um nacionalismo impulsionado pelas questões econômicas que o país estava envolvido. O autor afirma que não houve tanta exaltação sobre o sentido e a busca de uma identidade, que

nada foi planejado ideologicamente para se criar uma nação. Aí começava a independência, como fenômeno natural dos fatos. Esboçava-se um nacionalismo relativo anticolonial, que antecedia ao nacionalismo relativo fundiário que vem do Segundo Império até a República. Daí por diante a expansão nacionalista deixava o seu relativismo ou o seu primarismo para tomar forma de coisa de direito irreversível, desta vez em razão das influências dos parques fabris que aceleravam sua implantação, entre e depois das duas guerras mundiais. Tratava-se de um nacionalismo econômico, porém super caracterizador do poder de iniciativa de uma coletividade autônoma (BASTOS, 1969, p.18).

Com a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, juntamente com os acordos comerciais e políticos assinados com a Inglaterra, inicia-se o processo de modernização do Brasil. Neste momento é importante destacar a instalação de Ministérios, Conselhos, Juntas, Casa de Suplicação, Corte de Justiça, Imprensa Nacional, Banco Real, Escolas Militares e de Alta costura. “Tudo era sinal de organização de uma estrutura de Estado, o primeiro passo para a emancipação econômica e política” (BASTOS, 1969, p.20).

Os demais acontecimentos relacionados à política externa de Portugal em meio às revoltas que aconteciam naquele país certamente colocou o Brasil em condições de “moeda de troca” pelo pacto de proteção assinado com a Inglaterra. Mesmo assim, o país continuava seu processo de mudanças internas, favorecido pela república e o aumento da produção industrial.

No capítulo II, *Vícios Eleitorais e Oligárquicos*, o autor retoma o debate que é também muito discutido por outros autores; o sistema de dominação e apropriação das elites agrárias.

A oligarquia do tipo familiar desdobrou-se no grupismo e do grupismo se transformou em partido. Mas eram miríades de partidos, porque eram miríades de chefes e chefetes, cada qual levantando bem alto a bandeira do clã. O que predominou, contudo, foi, sempre, o poder pessoal que depois, se confundiu com o chamado “princípio” ou regime de autoridade (BASTOS, 1969, p.32).

Latifundistas e fazendeiros passavam a ser eleitos pelas câmaras estaduais e federais e avançavam no comando político do país. Assim evidencia-se a importância da luta contra as oligarquias que se inicia com a industrialização e urbanização do país, juntamente com a ascensão de uma nova burguesia comercial.

As oligarquias agrárias foram intensamente combatidas por violentas manifestações militaristas, que tiveram seu momento mais intenso de 1922 a 1930. Contudo, sentindo-se ameaçadas, as oligarquias apenas mudariam de forma, ganhando dimensões de grupos no

controle dos estados. Os representantes dos estados mais fortes travavam uma grande batalha pelo domínio e posse das terras. Depois dá-se o início uma série de conspirações, o que resultou na revolução de 1930.

No capítulo III, *Gênese e Evolução das Intervenções Militares*, Abguar Bastos trata da “questão militar”. A análise do autor se inicia enfatizando a origem do militarismo no Brasil em seu papel e significação comum à sua existência, além de sua efetiva participação nas revoltas e revoluções que se desencadearam no país. Os militares, além de zelar pela normalidade social, econômica e política, tinham que suportar os caprichos e ambições de caráter pessoal das oligarquias. Desde o período colonial, ainda como junta e milícia, os militares participavam ativamente da vida do estado, sendo que mais tarde esta participação ganharia novos contornos com a ascensão de uma “sociedade militar”.

Convém no que se refere ao Brasil, salientar que o intervencionismo militar evoluiu para um sentido popular de ação, desde o instante em que se foram tornando agudas as distinções de casta e nobreza, desde a Independência até o desabar do império. Nem por isso deixou de expressar algumas vezes, por equívocas manobras das hierarquias políticas, representativas dos interesses econômicos dos produtores mais solidamente instalados no sistema fundiário e no domínio industrial (BASTOS, 1969, p.36).

Desse modo, os militares passaram a exigir direitos que foram na sua maioria negados pelo estado, dando início a uma série de conflitos em prol de suas reivindicações e dando importante contribuição à emancipação do povo como a votação da carta constitucional contra o despotismo, realizada em 4 de agosto de 1820 e a assinatura da lei áurea em 1888.

As iniciativas dos militares também entram no campo filosófico. Como o chamado “clubes militar”, cujas iniciativas combatiam os excessos das oligarquias, e entre suas ações importantes inclui-se a libertação dos escravos sem indenizar os fazendeiros, além da proclamação da república em 15 de novembro de 1889, comandada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que ocupa papel importante nas ofensivas revolucionárias dos militares.

Abguar Bastos esclarece que a intenção militar na política foi mudando de objetivos na medida em que foram se alterando as relações de produção no país. Passaram a exercer forte influência sobre as questões nacionais e deixaram a marca de suas participações no processo revolucionário brasileiro, desde o início, na defesa dos colonizadores, até a evolução para a resistência, juntamente com os demais setores da sociedade que fizeram a revolução.

No capítulo IV, *O Problema da Terra e as Lutas Comercialistas*, o autor trás para o debate a questão da terra e sua significação para o colonizador naquele momento histórico do

Brasil. A questão da terra passa a ser tratada como principal fator da exploração e disputas que geraram graves consequências como os massacres seculares da população indígena. O autor menciona a política de integração de posse da terra e as formas de domínio, como as expedições dos desbravadores e o uso do gado para a ocupação de novas terras desarrendadas. O Estado procurava arrendar as terras mais produtivas, dependendo das condições de cada região. Contudo, em meio aos grandes conflitos, destaca-se o surgimento de uma nova burguesia comercial no país.

Nas cidades litorâneas aumentava o número de lojas, dos armazéns, dos atacadistas e dos varejistas. Ao lado da aristocracia rural semi-feudal, escravocrata e dependente do solo, progredia uma classe burgo marítima, a depender da terra e dos navios, ainda sem títulos, mas endinheirada. (BASTOS, 1969, p.58)

Surgem assim, as primeiras aspirações regionalistas, que tinham como objetivo defender as fronteiras contra a expansão estrangeira em terras brasileiras. O autor menciona a revolta dos emboabas, que significou a união de Portugueses, Pernambucanos e Baianos contra Paulistas. As províncias que detinham maior poder econômico buscavam expandir seus territórios à força e a expansão geográfica marca um novo momento nas disputas pela terra que acabariam se transformando em explosões nativistas.

Contudo, registra-se neste momento o crescimento populacional e urbano, além do aumento das edificações, da criação de portos, da expansão do comércio e o aparecimento de uma classe burgo-marítima. Estas transformações foram de fundamental importância para o surgimento da primeira divisão do trabalho no Brasil. As antigas relações de comércio caracterizadas pela sesmaria e o latifúndio cediam lugar para uma ampla relação comercial que se modernizava e avançava em seus objetivos.

Dentre estes acontecimentos importantes nascem algumas revoltas organizadas entre a burguesia comercial ascendente, trabalhadores livres e índios contra as oligarquias. A *Revolta do Maneta* e a *Revolta dos Mascates (1711)*, a *Revolta dos Alfaiates (1796)*, e no Pará, a *Revolta dos Cabanos (1835)*. Dessa forma, esta nova burguesia mudava a configuração econômica do país, favorecendo o desenvolvimento comercial e a valorização do mercado interno.

No capítulo V, *O Acre e as Lutas pelos Marcos, Possessões e Fronteiras*, Abgvar Bastos destaca os principais acontecimentos que marcaram a história política e social do Estado do Acre. Os tratados assinados pelos colonizadores, na intenção de ocupar e integrar vastas áreas e expandir os territórios, que acabou gerando conflitos entre Brasil e Bolívia. Na

ocasião, o estado do Amazonas como região de fronteira, reivindicou as posses das terras que os bolivianos haviam ocupado.

Cronistas e historiadores da questão acreana reconhecem as diligências metódicas, inteligentes e práticas desenvolvidas em benefício da região pelos bolivianos. Passaram a usufruir para o seu país as rendas aduaneiras antes recolhida pelo estado do Amazonas. (BASTOS, 1966, p.63).

O Acre tornou-se a grande questão entre os dois países. Estava em jogo o domínio econômico da região, pelo fato de o Acre ser um grande exportador de borracha. Entre os fatores que causaram esta disputa territorial estão: a falta de um acordo definitivo, o fato de que a área de ocupação boliviana representava maiores vantagens econômicas pela facilidade de navegação e o vasto manancial extrativista. O estado do Amazonas reivindicou alguma resolução por parte do poder central, questão que se complicou ainda mais com a abertura do Acre à navegação internacional.

As ações armadas marcam as lutas pela ocupação destas terras. Neste momento surge uma importante personagem da história do Acre, Luís Galvez y Rodrigues Arias. Que inspirou o personagem que deu origem a um dos mais conhecidos romances históricos folhetins de literatura brasileira, de autoria do escritor Márcio Souza, *Galvez, o imperador do Acre* (1976), traduzido e publicado em várias línguas. Galvez era um repórter que trabalhava em jornais do Amazonas e do Pará, fazia parte de uma junta revolucionária do Acre, organizada sob a direção de Joaquim Domingos Carneiro, em 1899. Galvez desconfiava de possíveis pactos entre o governo boliviano e norte-americano pela abertura dos portos do Acre. Desse modo, Galvez firmou acordo com o governador do Amazonas Ramalho Júnior, para organizar uma expedição armada sob o pretexto de exploração aos seringais da região.

No dia 14 de julho 1899 foi proclamada a república do Acre, sob o comando de Galvéz com o auxílio de seus companheiros.

Novos limites foram decretados. Puerto “Alonso, com o nome de Cidade do Acre, foi eleita capital do Estado Independente do Acre”. Uma bandeira foi oficializada: era dividida em dois triângulos retângulos, como dois galhardetes conjugados em sentido inverso um ao outro, verde o da parte superior, com uma estrela vermelha, e amarelo o da inferior. O novo estado apoiava-se numa junta revolucionária de 41 membros (BASTOS, 1969, p.66).

Depois de muitos conflitos de resistência, Galvez foi deposto, falecendo na Espanha em fevereiro de 1935. Outro personagem importante na história destes conflitos é Plácido de

Castro. Nascido no Rio Grande do Sul em 1873, aos poucos foi se envolvendo nas questões políticas do norte. Comandou várias revoltas armadas contra a Bolívia e donos de terras da região. Brasil e Perú firmaram um acordo chamado de Pacto *Velarde-Rio Branco*, aprovado pelo congresso do Perú em 10 de janeiro de 1910.

No capítulo VI, *Formação Primária do Lastro Industrial*, Abguar Bastos destaca o desenvolvimento indústria, o início da organização do proletariado urbano e o crescimento dos parques fabris – neste momento o contingente operário foi aumentando gradativamente.

Desde a guerra do Paraguai eram incessantes os apelos para a formação do parque industrial brasileiro. Mas, ao correr da terceira década do século XX, os apelos já se faziam noutro sentido: o de conter as exigências, cada vez mais numerosas, da classe operária.

A presença dessa categoria teve relevo histórico extraordinário: criou uma nova área de divisão do trabalho: entre a agricultura e a indústria, o campo e a cidade, o trabalhador rural e o trabalhador urbano.

O aparecimento deste, como coletividade de fábrica no cenário nacional foi lento, mas efetivo.

O contingente de operários na indústria têxtil, em 1866, era de 768 fiandeiras e tecelões. Foi a 3000 em 1881, a 52.656 em 1907, a 103.945 em 1920 (BASTOS, 1969, p.87).

Mesmo de caráter rústico, surge em 1812, na cidade de Congonhas do Campo, Minas Gerais, a primeira fábrica do Brasil, chamada “O Patriota”, que representou o pioneirismo na fabricação de ferro líquido no país. Somente com a chegada da corte portuguesa foi possível aumentar o número de fábricas. As medidas tomadas por D. João VI abriram caminho para novas iniciativas no campo industrial em diversos ramos, assim aumentando a produção do país, que ainda dependia da tutela estrangeira.

O século XIX foi o século do início da industrialização no Brasil. As cidades cresciam de forma acelerada, sendo fundadas mais de 524 em comparação com o século XVIII, onde foram fundadas apenas 4 cidades. Foram construídas novas estradas e ferrovias para o escoamento da produção para o litoral. De 1812 a 1822, o Brasil passou por inúmeras mudanças de caráter progressista.

No capítulo VII, *Gênese Histórica do Movimento Operário*, juntamente com a formação da classe operária e de um desenvolvimento, Abguar Bastos documenta o surgimento e difusão dos socialistas, anarquistas e libertários.

Em 1845, já os trabalhadores do Rio podiam ler com certa curiosidade, pela novidade que devia representar um periódico que se intitulava “socialista” e se declarava adepto das teorias de Fourier. Era “*O Socialista da Província do*

Rio de Janeiro”. Explicava o socialismo como algo através do qual se poderia fazer “a introdução da novidade do progresso universal”. O periódico tratava de agronomia prática, economia social, didática, política preventiva (sic), medicina doméstica e, sobretudo, de socialismo, *ciência novamente* (sic) *explorado*, da qual basta dizer que seu fim é ensinar os homens a se amarem uns aos outros.”

Parece que se deve a esse periódico a introdução do termo socialista no Brasil, em função de propaganda ideológica (BASTOS, 1969, p.69).

Outros periódicos surgem, demonstrando a evolução do operariado com a política, tais como: *O operário*, de 1869, *O grito dos pobres*, de 1890, *O amigo do povo*, (periódico dedicado a defesa do partido operário). Depois foram aparecendo outros como *O Primeiro de Maio*, de 1892, *O Jornal do Operário*, de João China, em 1896, *O socialista* “órgão do centro socialista de São Paulo”, em 1898, (escrito em italiano), juntamente com o *L'operário e O Trabalhador do Livro*. *O Avanti*, de 1900, órgão de propaganda socialista. Em 1901, *O Lanterna*, órgão da liga anticlerical, *O Jornal do Operário*, *Terra Livre*, “órgão socialista e anarquista”. Depois vieram, *Novo Rumo*, de 1905, “periódico socialista de Alfredo Vasques”. Em 1906 o *La Parada Dei Socialisti*, editado pelo “círculo Karl Marx” de São Paulo. Em 1911, no Rio de Janeiro era editado *A guerra Social*, “periódico anarquista de João Arzena”. Em 1912, *O grito do Operário*, de Álvaro Viana e em 1913, *A Propaganda Literária e Germinal*, jornal de Rodolfo Felipe.

Depois da primeira guerra mundial, a fase anarquista foi, aos poucos, cedendo lugar à fase comunista. Em 17 de julho, surge o primeiro número de *A plebe*, órgão anarquista. Mas logo após a fundação do Partido comunista, circula no Rio o Movimento Comunista e, em 1925, aparece *A Classe Operária* (BASTOS, 1969, p.103).

Estes periódicos, jornais e revistas marcaram as lutas e manifestos do proletariado no Rio de Janeiro e São Paulo. O movimento operário continuava seus esforços para garantir melhores condições de trabalho e ao mesmo tempo expandir sua propaganda para outras regiões do país.

O Brasil começava a formar seu proletariado. A economia e a mentalidade ruralistas ainda dominavam todos os setores de atividade. As condições pareciam não ser propícias ao desenvolvimento de um partido socialista, numa época em que o empregado ainda tinha possibilidade de alcançar o patronato, em vista do pouco volume de produção e das diferenciações dos tipos industriais. A um operário especializado era possível abrir uma pequena fábrica, porque o maquinismo era primário e o capitalismo débil. Depois “da primeira guerra mundial isto se tornaria mais difícil e, depois de 1940, quase impossível” (BASTOS, 1969, p.105).

Apesar da grande participação do movimento operário nas reivindicações trabalhistas, o país ainda não oferecia grande condição para uma emancipação mais efetiva do proletariado, contudo, os movimentos continuavam nas fábricas. Em 1906 foi realizado o Primeiro Congresso Operário do Brasil. No mesmo ano, no Rio de Janeiro, funcionava o Centro das Classes Operárias e realizava-se um Congresso da União dos Operários em Pedreiras, além da greve promovida pelos ferroviários. Outros sindicatos começam a surgir como o de tecelões e sapateiros e se estendia por diversas profissões.

Este período, que vai dos albores do século até 1910, foi fértil em movimentos que procuravam avidamente dar organicidade às massas fabris e artesãos. Nos anos de 1906 e 1907 foi de forte organização sindical. Observa-se no Rio e São Paulo. Aqui, os sindicatos realizavam “importantes movimentos e conquistaram sensíveis melhoramentos, especialmente redução de horas de trabalho”, o que forçou o aparecimento do decreto de 1637, de 3 de janeiro de 1907, que regulava a criação dos sindicatos profissionais (BASTOS, 1969, p.107).

As condições sociais do país foram agravadas pela crise da economia cafeeira, o que provocou uma redução nos movimentos operários e sindicais, mas que apesar disso, mantinham-se na luta por melhores condições de trabalho e de vida.

No capítulo VIII, *Efeitos da Guerra 1914-1918 nas Atividades Mecânicas*, Abguar Bastos retorna às questões ligadas ao crescimento econômico e industrial do país, em detrimento dos efeitos da primeira grande guerra (1914-1918).

A conflagração guerreira de 1914, se não passava de conflito entre produtores internacionais que disputavam mercados entre si, representava nova forma de exploração comercial e financeira, de um lado por parte dos industriais fabricantes de canhões, munições de guerra, equipamentos, viaturas, produtos químicos etc. e, de outro, por parte dos banqueiros fornecedores de empréstimos (BASTOS, 1969, p.118).

Os países em guerra como Inglaterra e Estados Unidos influenciaram a política econômica do Brasil. Seu interesse era principalmente, a distribuição de seus produtos nos países de economia incipiente. Portanto, o crescimento da industrialização no Brasil só foi possível devido aos pactos firmados com estes países, como por exemplo, o autor cita as consequências da revolução paulista de 1932, que fortaleceu o poder econômico e central brasileiro. “Curioso é ver que no Brasil também tivemos a “marcha para o Oeste” e, em 1932, o Norte agrícola também cerrou fileiras ao lado da ditadura, contra o sul industrial” (BASTOS, 1969, p. 121).

Os efeitos da guerra também podem ser percebidos no crescimento dos grandes centros urbanos e fabris, que recebiam trabalhadores de todas as regiões do país, especialmente do campo.

A população da capital paulista passou a aumentar vertiginosamente e os camponeses abandonavam as fazendas para buscar, nas fábricas, salários mais rendosos e oportunidades mais variadas. Se, antes, o êxodo se processava de campo para campo, de fazenda para fazenda, depois da primeira guerra, ele aumentou de intensidade no rumo das cidades que se industrializavam. (BASTOS, 1969, p.122)

A formação industrial brasileira se concentrou nas grandes capitais, depois, aos poucos, começavam a se equipar no norte e nordeste do país, favorecidas pelo crescimento econômico e extrativista destas regiões.

No capítulo IX, *5 de julho de 1922, A Revolta do Forte de Copacabana*, o autor trata das divergências políticas travadas entre o governo federal, estados e militares. Estes impasses foram os principais fatores que propiciaram revoltas armadas em vários quartéis e nas ruas. Estava em questão o domínio político e administrativo do país, que só seria possível com a vitória nas urnas.

Em 1918, Nilo Peçanha lançou a candidatura de Rui Barbosa para suceder a Rodrigues Alves. Rui proclamou a necessidade de uma revisão constitucional, o que não foi muito do agrado dos políticos graduados que o teriam de apoiar. Porém, a fórmula foi aceita. Em seguida, Rui investiu contra o modelo de Convenção que o havia de escolher, por obedecer aos mesmos vícios das demais convenções oficiais, nunca bafejadas pelo apoio popular. Diante desse ataque direto aos convencionais e às forças majoritárias que lhe iam dar apoio, Rui viu seu nome substituído por Epiácio Pessoa, o que resultou em dois candidatos convencionais: Rui, pela oposição, e Epiácio, pela situação. Este, com apoio maciço de quase todos os estados (governadores e congressistas) ganhou o apoio convencional e as eleições. Apenas Rio e Pará votaram pela candidatura de Rui Barbosa (BASTOS, 1969, p.137).

Em 1919 Epiácio Pessoa assumia o poder. Porém, Rui Barbosa se tornaria uma figura central para que houvesse a revolução do forte. Ele defendia o anarquismo, combatia com fervor as oligarquias e defendia a organização social e a democracia, além, tinha o apoio do Clube Militar e do Marechal Hermes da Fonseca.

Na noite de 4 para 5 de julho, levantou-se a guarnição do forte de Copacabana, sob o comando do filho do marechal, capitão Euclides Hermes da Fonseca, parte da tropa do 1º R.I. E da Escola Militar do Realengo. Ao mesmo tempo, no longínquo Mato Grosso, Clodoaldo da Fonseca, a frente

de toda guarnição, respondeu ao apelo revolucionário da fortaleza insurreta (BASTOS, 1969, p.1399).

Abguar Bastos destaca que depois da rebelião de Copacabana vários fatos foram se sucedendo de maneira a aprofundar a anarquia imperante no Brasil. A prisão do Marechal Hermes da Fonseca em 1922, foi o pretexto para a eclosão do motim do Forte de Copacabana. Em 1924 sente-se ainda a influência do “velho marechal”, que teve participação efetiva nos movimentos revolucionários no Brasil.

No capítulo X, *A revolução Sertaneja*, o autor se volta para as lutas pela posse de terras no nordeste do país e o “mandonismo”, que durante séculos assolou o nordeste do Brasil. Criaram-se grupos armados como os *Mandiocas*, dos Matos e, os *Mosquitos*, grupo de Fabrício de Oliveira.

A revolução começou com a ocupação da cidade de Macaúbas e remédios, porém não havia unanimidade, em virtudes das rixas ainda quentes entre Mandiocas e Mosquitos. Coube àqueles, o privilégio da insurreição da jagunçada, num novo tipo de luta, não mais entre chefes regionais, mas numa cartada mais ampla, por atingir ressonância nacional. Estava no governo central Epitácio Pessoa, que herdava os efeitos da política de força do período hermetista, no afã de reduzir os focos mais deletérios das oligarquias imperantes no nordeste e no norte do país (BASTOS, 1969, p.152).

Os Matos sempre possuíram riquezas e foram grandes operadores de diamantes. Depois de um período, Horácio de Matos, na ânsia de manter o poder absoluto, reiniciou a batalha entre Mandiocas e Mosquitos. Com a revolução de 30, Horácio de Matos foi obrigado a se desarmar. O seu poderio chegava ao fim, enquanto os revolucionários de 30 estavam dispostos a acabar com as oligarquias sertanejas. Em 15 de maio de 1931, Horácio de Matos foi assassinado em Salvador. Morria o grande chefe da revolução sertaneja.

No capítulo XI, *A Revolta Gaúcha de 1923*, o autor novamente se volta para os acontecimentos que intensificaram as divergências políticas entre os grupos e partidos gaúchos que lutavam pelo domínio do governo federal.

Era a revolução de 23, que ia sacudir novamente as coxilhas no redemoinho da guerra, a atirar gaúchos contra gaúchos, “maragatos” contra “chimangos”, “parlamentaristas” contra “presidencialista”, “federalistas” contra “republicanos”, enfim, homens de Assis Brasil contra homens de Borges. Os antigos espetros, que haviam justificado as velhas guerras, ressurgiram nos pampas ao clarão dos fogos da brigada (BASTOS, 1969, p.158).

Depois de vários conflitos e revoltas, em 15 de dezembro de 1923 foi firmado o Pacto das Pedras Altas, encontrando-se neste grupo, Borges de Medeiros, Setembrino de Carvalho, Assis Brasil e outros. Os federalistas impuseram leis e regras que foram aceitas até antes da revolução, até Getúlio Vargas assumir o governo e mandar prender Borges de Medeiros numa ilha.

No capítulo XII, *A Revolução Cultural*, Abguar Bastos trata dos importantes acontecimentos relacionados à “cultura brasileira”. Relata as influências dos valores artísticos europeus do pós-guerra, que nossos intelectuais procuravam incorporá-los às motivações nacionais. No Brasil, este movimento teve início com a “semana de arte moderna” de 1922.

Para alguns, criava-se uma situação contraditória: queria-se combater a arte de importação, mas ainda nela se iam buscar as escolas novas, principalmente na França. Era ainda em Picasso, em Braque, em Marinetti, em Tristan Tzara, em Cézanne, em Whitman e outros que os modernistas se engolfavam atrás de novidades. Mas, os que todos queriam, na hora da mudança, era uma confraternização com idênticos movimentos externos, com as manifestações das mesmas necessidades de arrasar as velharias... O lado positivo dessa confluência dinâmica entre os intelectuais e artistas brasileiros e o que na França se consagrava como inovação, viria depois, com a decantação dos movimentos: o aproveitamento das escolas mais rebeldes, para uma estilização nova da coisa brasileira, do homem brasileiro, da realidade brasileira. E isto é conseguido, com a descida ao folclore e ao romance social, à crítica explosiva e à revolução musical e pictórica (BASTOS, 1969, p.162).

Com a nova dinâmica cultural, a ideia de modernidade ganha espaço em todas as esferas da arte, num momento em que se procurava separar as confusões entre o “modernismo”, “brasilidade” e “futurismo”. Os modernistas não eram considerados autênticos devido às influências da vanguarda europeia. Por outro lado, a “brasilidade” era voltada para a ideia de um Brasil puro, capaz de olhar para dentro de suas raízes históricas. No Amazonas, por exemplo, é registrado o surgimento da revista *Equador*, sob o comando de Clóvis Barbosa, que tinha como finalidade transportar para a arte as coisas da Amazônia.

Por essa ocasião, Raul Bopp escrevia de Berlim:
 “... nas vésperas de deixar São Paulo, recebi a revista *Equador*. Esplêndida. A gente sente por todo Brasil há núcleos novos, gente de pensamento novo, que brotou da terra, sem modelos, sem gramáticas, escrevendo com expressões próprias e fortes. Vocês reparem: a nossa literatura sempre andou descompassada, desacertada da época. Fomos líricos no tempo da guerra do Paraguai. Com os movimentos da Inconfidência faziam-se loas a Marília. Épicos, quando não havia a se exaltar...” (BASTOS, 1969, p. 164).

Da “Semana de Arte Moderna” em São Paulo, surgia o desafio de uma nova mentalidade. Universalizavam-se os conceitos sobre nosso tipo de civilização desencadeando várias pesquisas no campo econômico, social, cultural e artístico. Movimentos como a Insurreição dos quartéis, romance social e a Coluna Prestes influenciaram escritores, historiadores, pintores e artistas a romper com as falsas ideias do “sentimento brasileiro”.

Não tendo sido possível transportar para o romance os heróis da grande marcha, pelas implicações políticas que se desdobraram antes e depois de 1930, o romance social elegeu o povo como seu principal herói, fixando seus sofrimentos e as suas lutas nos engenhos, nos garimpos, nos castanhais, nos seringais, nas fazendas, nos rios, nas matas e nas cidades (BASTOS, 1969, p.165).

Havia em nosso lastro literário a crise da epopeia, num momento em que se buscavam encontrar heróis nacionais.

Os heróis do nativismo, como Vidal de Negreiros, Henrique Dias Poti, Filipe dos Santos, Tiradentes, e todos os demais que lutaram para libertar o povo da opressão estrangeira, tiveram sempre características regionais, atuaram nos limites de suas províncias, e suas projeções, fora desses limites, resultaram mais de efeitos psicológicos do que mesmo do grau alevantados das façanhas (BASTOS, 1969, p.166).

O fenômeno modernista não foi outra coisa senão a luta interior pela incorporação de um ideal que procurava forma e a revelação de um herói. A modernidade trouxe uma nova condição de pensamento que entrava em choque com a mentalidade oligárquica que ainda resistia. A revolução cultural buscava realizações nascidas e desenvolvidas a partir da realidade do país. Apesar das influências estrangeiras, o Brasil mais tarde começará a produzir outras obras, tentando construir personagens para a sua própria história.

Se as condições do pós-guerra criavam a necessidade de renovação “moral” e “espiritual”, também na política se aguardava a hora solar dos grandes pronunciamentos cívicos.

Assim como na literatura, as suas inquietudes fomentavam a interpretação do real com o lendário, na política se ansiava pelo herói libertador que arrancasse o país do caos.

A Semana de Arte Moderna e a Revista *Klaxon* nasceriam dentro dos muros onde se desenvolvia o industrialismo, responsável por esta ebulição: São Paulo. O modernismo era a primeira grande arma brandida contra a mentalidade de burgo, ainda insuficiente descarnada das sensibilibidades coloniais. Não sendo uma atitude proletária, o modernismo, entretanto, colocava-se como arma antiburguesa, porque afetava o seu conteúdo clássico.

[...]

O modernismo sacudiu todo o Brasil mental e foi uma das forças mais poderosas que prepararam, psicologicamente, o advento de 30 e que foram também, através do romance social, fontes de energia idealística das rebeldias posteriores.

Muitos, entretanto, ficaram no folclore, enquanto os outros caíram na revolução (BASTOS, 1969, p.172).

As influências modernistas não se limitavam apenas aos grandes centros urbanos, mas em todas as regiões onde se buscava entender a realidade local para assim buscar novas fontes para identidade artística e cultural.

Na mesma corrente, mas em posição oposta, ficavam os rapazes da nossa chamada “brasilidade”, errando com os seus poemas por nossas matas, rios, tabas. Pisando duro no chão das cobras, conversando com minhocões e curupiras, adivinhando e amando a grande figuração dos totens, os chamejantes olhos do mapinguaris e as boiúnas, o folclore ganhava esplendor. Ia-se ao mistério do índio e do africano, puxavam-se os balanceios e as canções dos pastoris, os bichos apresentavam-se mais bizarros, mais belos nos poemas votivos (BASTOS, 1969, p.173).

O industrialismo e a modernidade foram mudando a mentalidade da nação, quando artistas, intelectuais, escritores, poetas e pintores procuravam retratar a realidade local em suas obras, resgatar a herança de nossas raízes, para assim tentar reinventar uma cultura e uma identidade nacional.

No capítulo XIII, *5 de Julho de 1924, Levante da Cidade de São Paulo*, o autor retrata as estratégias políticas e conspirações que deram início às grandes batalhas travadas pelos estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, na luta pela hegemonia política e econômica do país.

O movimento de 1924 nascia no seio do maior parque industrial do Brasil, sem nenhuma ligação com o povo. O general Isidoro Dias Lopes foi o chefe militar escolhido.

O objetivo imediato: derrubar Arthur Bernardes, que se achava na presidência da república. A tarefa geral: arrancar o país do domínio oligárquico e semear democraticamente a república. (BASTOS, 1969, p.178)

Certamente que o movimento de 1924 significou mais uma luta contra as forças oligárquicas, que ainda resistiam ao tempo, mas estes conflitos, conseqüentemente, foram dando forma para futuras ofensivas como a revolução de 1930.

No XIV capítulo, *A Coluna Prestes*, o autor descreve detalhadamente as batalhas e o longo caminho percorridos pela “Coluna Prestes”, grupo organizado sob o comando do então

capitão do exército Luís Carlos Prestes e seus companheiros. Com ousadia, coragem e determinação, a Coluna Prestes combateu ativamente as oligarquias em vários estados do país.

O papel de Prestes permitiu que a insurreição de 24 não ficasse amputada no seu ponto mais expressivo: o de reunir, sob a mesma bandeira, durante dois anos e sete meses, homens de bravura exemplar que, pelo tempo decorrido juntos, tiveram tempo para um compromisso político sentimental: de continuar a luta a qualquer momento e em qualquer lugar.

A depressão econômica do país, os rescaldos da campanha da “Reação Republicana”, a “questão militar” de 1921, o pronunciamento criminal dos revoltosos de 1922, o fracasso da Revolução do Paraná, a derrota dos maragatos na tentativa de deposição de Borges de Medeiros, o conceito revisionista e democrático de Rui, as tendências antioligárquicas de Hermes, foram os elos históricos da corrente de fogo que arrastou a coluna Prestes (BASTOS, 1969, p.203).

A Coluna Prestes se uniu com outras frentes revolucionárias e militares para reforçar suas ações, caminhando juntos e combatendo as tiranias, denunciando os abusos e mazelas sociais que assolavam as populações em diversas regiões do Brasil.

A pesar da incompreensão das massas a respeito das verdadeiras origens das calamidades sociais que assoberbara o Brasil, principalmente nas zonas menos amparadas, como as do nordeste, a marcha da coluna encheu de esperanças o povo faminto do litoral. No nordeste, a situação, em 1925, era de ampla conspiração. Com a aproximação da coluna, houve levantes na Paraíba, em Recife em Sergipe. “Pregava-se a revolução em toda parte: nos lares, nas fábricas, nas repartições públicas, nas casas de comércio generalizado, com frases incompreensíveis de patriotismo confuso. A culpa era dos governos. O mal era dos governos. E ninguém se lembrava da queda apavorante do algodão e do açúcar, na reblateração demagógica em favor do voto secreto, tido como remédio salvador da república” (BASTOS, 1969, p.224).

A Coluna Prestes significou um feito marcante para a história dos movimentos revolucionários brasileiro, como sendo a grande representação em prol da luta antioligárquica e pelos direitos civis da nação.

No capítulo XV, *A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*, autor expõe de maneira detalhada as condições econômicas e sociais do país no momento em que a economia era atingida pela grande crise de 1929. Depois do trunfo pré-industrial e das grandes exportações, o Brasil encontrava-se com graves problemas econômicos e sociais, agravados com a crise do café e o constante crescimento urbano, que trouxe também muitas mazelas sociais que o país não tinha condições de combater.

Quase todas as nações do mundo foram afetadas pelo crack norte-americano. Revoluções explodiam em vários países. E no Brasil, que já vinha enfrentando graves perturbações econômicas, sociais e políticas, desde 1920, só fez acompanhar a procissão (BASTOS, 1969, p. 233).

A crise do café acabou por atingir outros setores e o Brasil não teve como evitar os prejuízos decorrentes da crise econômica que abalou o mundo após a primeira guerra mundial.

O mundo, entretanto, acabava de sair do caos da guerra e, no Brasil, os fundamentos dos novos tipos de economia ainda procuravam terreno firme. A civilização da fábrica parecia ser uma coisa nova e havia perplexidade entre as camadas populares. Por isso mesmo, as agitações psicológicas do pós-guerra não se concretizavam num tipo aberto de luta social, no setor político. As contradições deveriam crescer até a rebelião (BASTOS, 1969, p.236).

Entre 1930 e 1931 o mundo passava por grandes mudanças e revoluções. O autor cita alguns acontecimentos de caráter político e social que ocorreram durante este período de grandes turbulências.

Diante de tão impressionantes acontecimentos econômicos, políticos e sociais, a inclinação socialista era uma realidade em 1930, pressentida por aqueles que estavam mais em contato com as misérias do povo, porém alarmando as classes dirigentes, quer da situação, quer da oposição. Temendo piores dias, os políticos se consultavam. Dentro em pouco, homens de várias classes e posições se reuniam numa nova frente de luta: a Aliança Liberal (BASTOS, 1969, p.238).

No Brasil, o movimento socialista ganha força com a criação da Aliança Nacional, contudo o país passava por um período de grandes mudanças e ao mesmo tempo, os estados que detinham de maior poder econômico como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, brigavam pelo controle político do país. A rivalidade entre estes estados e seus grupos políticos gerou uma série de conspirações que aos poucos foram ganhando forma de uma revolução.

Era o quadro da época.

Os militares já estavam agindo, para extrair maior aproveitamento possível das lutas eleitorais, que conseguiram dividir o país. Não seriam os golpes secos de 22 e 24, mas, desta vez, estariam apoiados pelas forças públicas dos Estados que formavam o ajuntamento da aliança Liberal e pelos políticos e intelectuais unidos na campanha liberal.

Pedro Ernesto no Rio, João Alberto no Sul, Siqueira Campos em São Paulo, Magalhães Barata, Landry Sales Gonçalves, Juraci Magalhães, no Norte, agiam com os amigos e os colegas de farda.

Mas havia certa expectativa e vacilação, porque Luís Carlos Prestes, que assumira a chefia dos revolucionários militares, não se definia do seu refúgio de Buenos-Aires e, quando o fez, foi de maneira surpreendente para os seus companheiros da grande marcha, em primeira carta redigida ao tenente Silo Meireles; em segunda carta aos oficiais conspiradores, no manifesto de maio e num “Simpósio Político”, anterior ao manifesto.

O manifesto de maio demonstrou que Prestes já evoluíra para o socialismo revolucionário e veio depois do desastre que vitimou Siqueira Campos.

Não se fala claramente, numa revolução chefiada pelo Partido Comunista, mas, pelos conceitos expendidos, a ele fatalmente seria entregue a mobilização das massas (BASTOS, 1969, p.245).

Após destacar a evolução do socialismo e a figura de Luís Carlos Prestes como líder revolucionário, o autor discorre sobre outros fatores políticos que resultaram em lutas sangrentas em detrimento das revoluções que aconteciam em todo o território nacional. Contudo, o autor destaca algumas significativas conquistas no campo social e cultural.

Começava no Brasil uma nova fase para a legislação social, para os direitos da mulher, para a moralização eleitoral, a iniciar-se com o voto secreto, para as primeiras grandes construções da infraestrutura nacional, a partir de Volta Redonda e da Petrobrás.

Foi uma fase de que se adaptou às transformações industriais no país, como novos caminhos para o nacionalismo e para afirmação da literatura social em que se destacaram José Lins do Rêgo, Jorge Amado, Amando Fontes, Raquel de Queirós, José Américo de Almeida, Oswald de Andrade e muitos outros nos primeiros anos (BASTOS, 1969, p.262).

1930 significou, segundo o autor, o fim do período das aspirações liberais e começa a luta pacífica ou armada pelas conquistas sociais e novas dimensões democráticas. Entretanto, não foi o fim das grandes lutas. Teríamos adiante em nossa história, diversos movimentos nas décadas seguintes, novos caminhos revolucionários se formariam amparados por mudanças no direito, educação, tecnologia, emancipação da mulher, economia, movimento operário, nas condições sociais, agrárias e mentalidade militar.

No capítulo XVI, *Revolução Constitucionalista de São Paulo, 9 de Julho de 1932*, o autor trata de questões ligadas à crise econômica de São Paulo. Com o agravamento das relações entre os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, o poder nacional acabou nas mãos de Getúlio Vargas, que desfavoreceu enormemente a economia paulista em relação à gaúcha.

A desconexão com a política de Vargas e os anseios dos grandes empresários agrários e industriais de São Paulo afetava mais de 70% do valor da exportação nacional, que era com quanto São Paulo participava na economia brasileira, através do café.

Até 1932, não se conseguia escoar o café, preso nos reguladores, ao mesmo tempo em que estavam suspensos os financiamentos nas bases dos preços artificiais anteriores (BASTOS, 1969, p.263).

São Paulo lutava pela retomada da hegemonia política e econômica do país. As tropas federais intervieram gerando uma série de conflitos que envolveram os mesmos estados que se encontravam já em meio as grandes batalhas políticas; Minas Gerais e Rio Grande do sul, além da ajuda recebida de outras regiões do país como o Pará e o Amazonas. Os constitucionalistas de 1932 foram derrotados pelo regime de Getúlio Vargas, no entanto, conseguiram algumas conquistas como a convocação de um parlamento a partir de 1934.

3.2 HISTÓRIA DA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL VOL. II (1933-1945)

Este segundo volume reúne um importante conjunto de documentos referentes às principais forças políticas que se enfrentavam em busca de uma hegemonia em âmbito nacional para seus respectivos projetos para o Brasil.

• O PAÍS EM DIFICULDADES

A situação econômica do país a partir de 1932 era grave, apenas alentada por novo surto algodoeiro (1933). Acumulavam-se os estoques de mercadorias, nossa moeda se depreciava ainda mais perante a libra esterlina, não se encontrava solução adequada ao problema cafeeiro, os preços da exportação continuavam baixos, desemprego aumentava em razão das secas no nordeste (BASTOS, 1973, p.15).

Neste sentido, o autor faz o seguinte questionamento sobre o quadro da economia brasileira num instante em que se deveria instalar uma constituinte e, em seguida, uma legislatura que deveria inspirar-se nas novas necessidades do povo e do Estado.

A criação de um sistema urbano industrial, o desemprego no campo, o êxodo rural periódico, a defecção econômica da classe média, um sistema fundiário e agrário ainda empedernido e estático são fatos a serem enfocados historicamente, para que se compreenda o papel social da primeira constituição após 1930 e seja possível compreender, adiante, os

acontecimentos que levaram ao fechamento do congresso em 1937 e ao regime de exceção que governou o país até 1945 (BASTOS, 1973, p.16).

INDUSTRIALIZAÇÃO E AGRARISMO

O autor apresenta alguns dados importantes para a compreensão do crescimento, instabilidade industrial e a questão agrária no país.

Nossos saldos-ouro continuavam apenas restritos ao pagamento dos empréstimos, sem permitir jamais o saneamento do mil-réis.

As crises se aproximavam logo que cessavam as vendas de emergência para os mercados externos. Com o aumento, em certos períodos, da produção de mercadorias agrárias, ao cessar a procura, surgiam as sobras, afogavam-se os depósitos, paralisava-se a circulação e explodia e explodia o pânico no mercado.

Nestas ocasiões, os trabalhadores rurais iniciavam suas mudanças em massa, procuravam novas zonas de cultivo ou se atiraram para as capitais. Caíram os índices de venda dos produtos industriais e a crise atingia as cidades (BASTOS, 1973, p.21).

Neste momento, registra-se uma série de problemas sociais, com a constante imigração e o grande povoamento das grandes capitais industriais, aliada à falta de uma política e uma legislação que pudesse atender a essas necessidades de forma mais complacente.

ÊXODO E PROBLEMA SOCIAL

O autor trata de duas questões que foram, em grande parte, responsáveis pelo atraso do desenvolvimento social e urbano do Brasil.

Não foi possível uma forma de sistema econômico justo, que promovesse a verdadeira democratização da economia, através a acessibilidade de todas as regiões às mercadorias de consumo e do aproveitamento do trabalho humano, dentro das necessidades gerais de emprego e, no âmbito rural, de fixação da terra (BASTOS, 1973, p.23).

A independência política significou a independência comercial. O crescimento das indústrias, da classe burguesa comercialista e do proletariado fez com que a população do sertão mudasse para os grandes centros urbanos. Segundo o autor, estes fatos implicaram em

diferenças econômicas entre os tipos de família no Brasil. Com isso, foi obtida a primeira forma de ruptura da antiga estrutura moralista do patriarcado.

Outro fator positivo foi a emancipação da mulher nesta nova sociedade, seja nas fábricas, repartições públicas ou nas profissões liberais. Com o crescimento dos parques fabris e mão-de-obra desempregada, a população enchia os grandes centros e capitais esperando por soluções políticas. “Em 1930, 1933, 1935 ou 1945, o drama era o mesmo. E porque o drama era o mesmo não cessaram as agitações, em todos os degraus da vida brasileira, razão do contexto dramático da política revolucionária do Brasil” (BASTOS, 1973, p.26).

Em decorrência das crises econômicas, o Brasil precisa fazer empréstimos para atender as suas necessidades mais urgentes, situação que provocou enormes obstáculos para o desenvolvimento social do país.

Histórico dos Empréstimos Brasileiro

O autor faz uma avaliação dos empréstimos que o Brasil fez desde o período colonial até o século XX.

No império e na República, os empréstimos multiplicaram-se, de tal forma que, depois de 1930, ao dar-se o balanço real de nossas dívidas externas, as respectivas comissões verificaram que a união, os estados e os municípios eram responsáveis por 115 operações de crédito. A União devia 139 milhões e 725 mil esterlinos. Os estados, 75 milhões e 351 mil. As municipalidades, 26 milhões e 880 mil. As obrigações com esses empréstimos (serviços) ascendiam a um total de 20 milhões e 840 mil esterlinos.

Como sempre acontece, eram operações tendentes a resolver situações de emergência, de maneira que não havia hesitação em atender à cupidez dos banqueiros e às extorsões dos contratos. O dinheiro devia vir, de qualquer maneira, porque o povo, através dos impostos, é que se iria extenuar no pagamento dos juros, das amortizações e das comissões (BASTOS, 1973, p.26).

No período de 1920-1930, salienta o autor, a herança dos empréstimos colocava o Brasil num verdadeiro círculo de fogo dos juros.

Os banqueiros não permitiam que nossas divisas se transformassem em reservas para a valorização de nossa moeda. Faziam a necessária pressão para que nossos saldos-ouro se transformassem em pagamentos de nossas obrigações sobre empréstimos (BASTOS, 1973, p.28).

A Constituinte e a Carta de 1934

Em 15 de novembro de 1933 foi apresentado o projeto para uma nova Constituição no país. O autor salienta que a nova constituição possibilitaria a formação de uma estrutura social e política que amparasse por meios legais, as instituições e o meio civil.

Desde 1891, portanto decorridos 43 anos, pela primeira vez (somente com alterações em 1926), a Constituição Brasileira seria substituída.

Os tempos eram outros: primeiro, o impulso da industrialização; segundo, o crescimento de uma nova classe, a do proletariado, com problemas sociais emergentes; terceiro, a necessidade de desenvolvimento, entravado pelas estruturas arcaicas do país; quarto, uma revolução instalada, procurando rumos (BASTOS, 1973, p.39).

Com sua implantação, os constitucionalistas tinham o objetivo de tentar implantar novas leis que atendessem estas novas necessidades e demandas sociais, como por exemplo; a melhoria do padrão de vida da população, proteção social para o trabalhador, criação da Justiça do trabalho, tribunais e comissões de conciliação.

A INSURREIÇÃO DE 1935

O Desequilíbrio Econômico

Em 1935 o Brasil passava por uma depressão econômica que o impedira de progredir em vários setores sociais. O aumento de nossas importações para atender à demanda fabril, a queda de exportação do café e outros problemas levaram o país a crítico desequilíbrio econômico.

De 1930 a 1934, nossa dívida interna aumentara de 1.198.818,00, herança gravosa a pesar sobre o ano de 1935, acrescia de 25 milhões de cruzeiros velhos de obrigações rodoviárias.

De 1932 a 1936, se a queda do valor médio por tonelada importada foi de 6%, a do valor médio da tonelada na exportação atingia 44%. Os cafeicultores achavam-se novamente em estado de alarme, porque os compradores que, em 1932, pagavam 2 libras e 4 xelins, em 1935 iam pouco além de 1 libra.

De 1930 a 1934, a contribuição percentual do café na exportação não fora além de 39%, tendo atingido seu máximo em 1931 e 1933 (48%). Em 1935, essa percentagem caía para 33. O algodão aumentara sua exportação por via da política do marco compensado (BASTOS, 1973, p.47).

Sendo as exportações a principal fonte econômica do país, com a queda do valor do café e do algodão, o custo interno aumentou, trazendo graves consequências para a economia nacional.

A Aliança Nacional Libertadora

A Aliança Nacional Libertadora tem grande importância no processo revolucionário brasileiro. Abguar Bastos relata os momentos mais importantes dos bastidores e da ação da Aliança na política revolucionária do país.

Polarizados por duas organizações notoriamente antagônicas – a Ação Integralista de um lado e a Aliança Nacional Libertadora de outro -, no Brasil grupos de direita e de esquerda chocavam-se nas ruas. A primeira adotava, teoricamente, o sistema corporativo e era a favor de um tipo de Estado totalitário, no gênero já instalado na Alemanha e na Itália, com algumas mudanças diferenciadoras. A segunda era mesclada de simpatizantes de várias correntes de opinião, a formar uma frente de liberais da velha escola, de “tenentistas” remanescentes da revolução de 1930 (a que levara Vargas ao poder), de socialistas teóricos, de marxistas indefinidos e de comunistas que procuravam empolgar o movimento para execução de planos que não chegavam ao conhecimento dos demais.

A ANL foi fundada numa reunião de oficiais do Exército e da Marinha, além de civis, sob a presidência do comandante Herculino Cascardo, de famoso nome por suas atividades revolucionárias, tendo sido antes interventor federal no R.G do Norte. Como fundadores da ANL, figuravam na ata inaugural, vários militares como Cascardo, Trifino Corrêa, Moésia Rolim, Henrique Cordeiro Oest, João Cabanas e o comandante Roberto Sisson, além de Francisco Mangabeira, Antônio Rollemberg, Henrique Silveira, Benjamim Cabello, Abguar Bastos e Ivã Pedro Martins (BASTOS, 1973, p.47).

É importante destacar a participação de Abguar Bastos como membro fundador da Aliança Nacional Libertadora que, junto com os demais companheiros buscavam, a partir de novas convicções políticas, dirigir o país para atender às necessidades imediatas do povo em seus aspectos econômicos e sociais. Neste momento, registra-se a expectativa que se criava com o rápido crescimento e avanço da ANL em todos os Estados da Federação.

Tento grande alcance, o movimento teve a adesão de escritores e artistas, advogados, militares, estudantes e operários. Movimentou grandes comícios e ao mesmo tempo, era defendida na Câmara pelo próprio Abguar Bastos, juntamente com Otávio da Silveira, seu colega na Câmara dos Deputados, além do senador Abel Chermont. Sempre perseguida e

vítima de repressões, a ANL deflagrou vários conflitos com membros da Ação Integralista. Seu fechamento foi por meio de decreto em 11 de julho de 1935. Abguar Bastos compreende que a importância histórica da ANL está nas suas raízes, demonstrando que estas surgem da mudança nos quadros culturais e artísticos do Brasil, a partir dos acontecimentos de 1922, que propiciou uma nova perspectiva no campo das artes, da literatura, do folclore e demais gêneros, com o objetivo de se voltar para as coisas nacionais.

O autor destaca que estas revoluções no campo da cultura, abriram caminho para diversas interpretações sobre o regionalismo e nacionalismo, além dos movimentos feministas, que neste momento também se debatiam com os problemas gerados pelo processo de modernização e crescimento humano no Brasil.

A Política do Marco Compensado

A política do Marco Compensado significou para o Brasil o agravamento de seus problemas econômicos. Pressionado pela Inglaterra e Estados Unidos, pelo pagamento de suas dívidas em ouro, o Brasil passou a negociar com a Alemanha nazista sob a medida do marco compensado.

De 1910 a 1937, o balanço de nossas transações com a Alemanha oferecia um déficit total para o Brasil de 15.874.748 libras. O que queria dizer que, fora das mercadorias importadas, nenhuma vantagem, quanto à importação de ouro, tivemos com o comércio teuto-brasileiro, pois sempre fomos devedores da Alemanha, com exceção de oito anos num período de vinte e sete (BASTOS, 1973, p. 56).

As importações brasileiras foram caindo e perdendo valor comercial, sendo uma medida precipitada do governo brasileiro contra a opressão econômica da Inglaterra e Estados Unidos.

A Revolta do 3º Regimento

O autor menciona que, com o fechamento da Aliança Libertadora Nacional, outro grupo se formou, ainda sob a influência dos revolucionários da ANL, nascia a Insurreição de 27 de Novembro de 1935, no quartel do 3º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro e na Escola de Aviação, assim como nas cidades de Natal e Recife. Foi uma importante

manifestação, considerada a primeira insurreição brasileira de caráter social que acabou por formar a “República de Natal”.

A República de Natal

A Revolta de Natal começou no dia 23 de novembro de 1935, no Quartel do 21º. Batalhão de Caçadores. Daí, tiveram início as batalhas contra as tropas governamentais ligadas às oligarquias rurais. Descreve o autor:

O chamado “Governo Popular Revolucionário” do Rio Grande do Norte fez-se causa precipitadora da subversão eclodida no Distrito Federal (Rio). Segundo crônicas da época, as sedições ocorridas no Rio, em Natal e em Pernambuco, tinham data certa: 5 de Dezembro de 1935 (BASTOS, 1973, p. 61).

A República de Natal foi uma revolta importante que influenciou outros manifestos de mesmo caráter em cidades vizinhas, como o *Motim do Recife*, em 24 de novembro de 1935.

O Motim de Recife

O Motim do Recife significou mais uma revolta dos militares, desta vez eclodindo no 29º BC.

O movimento começou com o tenente Lamartine revoltando a 2ª Companhia do batalhão, logo ao amanhecer. O capitão Everardo e o capitão Frederico Mindelo quiseram reagir e foram cercados pelos soldados, que os desarmaram, ainda que, em seguida, escapassem e se rearmassem. O tenente Alberto Bomilcar Besouchet, um dos chefes da revolta, foi ferido no início dos choques. Os amotinados se dirigiram para a cidade e se concentraram no bairro dos afogados (BASTOS, 1973, p.64).

Estas revoltas geraram a reação do estado, sendo que o Governo Federal instalou o estado de sítio nos estados revoltosos. Getúlio Vargas criou um tribunal de segurança como política de opressão ao comunismo.

Mesmo antes da eclosão revolucionária de que foi palco o 3º. Regimento de Infantaria, já o governo, nos primeiros meses de 1935, procurava munir-se de dispositivos especiais para conter possíveis surtos de rebelião. Mas

aconteceu que o estado de direito, vinculado à Constituição de 1934, acabava simplesmente de sair de forma, após os anos de 1932, 33 e 34, quando a administração federal governava através de decretos-leis, como consequência da revolução de 1930, um dos passos históricos mais importantes da vida nacional após a Proclamação da República (BASTOS, 1973, p.65).

Apesar das mobilizações dos militares que lutavam pela revolução, o governo conseguiu levar a criação do tribunal de exceção chamado de “segurança nacional”, na tentativa de intimidar qualquer mobilização.

O GOLPE DE ESTADO 1937

O Golpe de Estado de 1937 teve como base algumas estratégias para a retomada do poder pelos integralistas, que insatisfeitos com as derrotas na revolução de 1930, criou o “*Plano Cohen*”, que segundo o autor, foi o fermento psicológico para o golpe de 1937. Anteriormente, o país vivia sob o estado de guerra, instalado pela insegurança do governo com relação às lutas pelo controle do país, nas mãos de Getúlio Vargas. A sociedade estava diante da possibilidade de novas eleições ou estaria fadado ao continuísmo da atual situação política. Silenciando os oposicionistas, o governo preparou o golpe de 1937. Contudo, após o estado de “sítio”, a questão política nacional ainda passaria a ser tema de outras batalhas, dentro e fora do congresso.

Conforme vão se criando condições para novos aspectos históricos da política revolucionária do país, a legislação vai sofrendo alterações suficientemente para reforçar o poder presidencialista.

O estado de sítio, o estado de guerra e o estado de emergência, a intervenção nos estados e os atos adicionais dão, no curso da evolução de nossas Cartas Constitucionais, à medida que o processo histórico em que, cada vez mais o povo se vai tornando rebelde às velhas estruturas e cada vez mais a segurança do estado se torna imperativo de governo e da sustentação da superestrutura do sistema. (BASTOS, 1969, p. 137).

O “sítio” e as Cartas constitucionalistas foram durante muito tempo, a tentativa de implantar novas mudanças em meio à opressão instalada no país, após o golpe de 1937, resultou no “Putsch” de Maio de 1938, juntamente com as ações da (AIB), Ação Integralista Brasileira.

O Integralismo do país passava a ser a questão mais problemática nos anos posteriores, o que resultou no golpe militar de 1945. Vale ressaltar que o foco de análise do

autor se estende a todas as regiões do Brasil. Os fatos políticos, revoltas e acontecimentos marcantes são retratados de forma crítica pelo autor, com a intenção de revelar e entender as vozes daqueles que testemunharam, participaram e lutaram por melhores condições civilizatórias nas distintas regiões do Brasil.

O Plano Cohen

Abguar Bastos inicia esclarecendo que o “Plano” Cohen foi o fermento psicológico para o golpe de 1937.

Em declaração à imprensa, pouco antes de falecer, em 1972, o Marechal Olímpio Mourão Filho, que comandou as tropas mineiras na revolução de 1964 e teve seu nome ligado às verdadeiras origens do referido “plano”, demonstra que tudo não passou de uma farsa para justificar intensões políticas sombrias.

[...]

O Marechal Mourão provou tratar-se de um documento apócrifo, usado para se chegar à “maior contrafação de nossa história política nestes últimos anos, quase toda urdida de documentos falsos” (BASTOS, 1973, p.71).

O Plano Cohen foi uma farsa, como se refere o autor. Mas afinal, ele pergunta o que foi o plano Cohen? O próprio Marechal Mourão, citado acima diz que “para começar, o chamado plano Cohen nada tem de Cohen nem de plano”. Plínio Salgado em certa ocasião repetiu a pergunta ao Marechal Mourão, o que seria este plano?

Mourão lhe explicou que precisava de um autor para o plano. Primeiro se lembrou de Bela Kuhn e em seguida de um nome para “um de nossos líderes” chamado Bela Cohen. “Risquei o sobrenome Khun e escrevi adiante Cohen”.

Esclareceu, contudo, que se tratava de brincadeira e que o “Cohen” iria desaparecer (BASTOS, 1973, p.72).

ENTRE A ELEIÇÃO E O CONTINUÍSMO

Após a derrocada da esquerda, Abguar Bastos foi deposto do cargo de Deputado Federal, voltando para o Estado do Pará em seguida, devido às perseguições que o então ditador Getúlio Vargas instalou a todos aqueles que fossem contra seus planos. Vargas teve que convocar o povo as ruas por uma exigência dos dirigentes dos diversos estados, dentre os

quais São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que pressionavam o governo na busca por novos rumos para o Brasil.

Nesta questão entraram diversos políticos e militares, havia uma grande vontade dos partidos e dos estados para chegar ao poder, mesmo aqueles que estavam do lado de Getúlio Vargas. Como Abguar Bastos salienta esta questão de ditadura e continuísmo após a revolução, nada mais foi que brigas pelo poderio político e econômico sobre as regiões mais produtivas do Brasil. Foi por causa dessas lutas políticas que Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional. E assim se fez o Brasil, tantas lutas, desafios, acordos, inúmeras tentativas progressistas e uma pedra no meio do caminho: o descaso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos esta investigação sobre *O Pensamento Social e Político de Abguar Bastos*, esperamos haver ressaltado seu lugar na cultura brasileira, destacando a necessidade do reconhecimento de suas contribuições sobre o pensamento social brasileiro. Também é possível identificar as expectativas políticas do autor, sua ligação com a causa Socialista, que dá o caráter original à sua obra, por destacar as revoltas que foram o fio condutor de um processo revolucionário mais amplo, sendo todas elas, partes constitutivas de uma só revolução, além de sua aproximação com outros autores que trabalharam a partir das teorias sobre questões sociais, políticas, étnicas e culturais.

O presente trabalho procura se incluir entre aqueles que visam dar o merecido destaque e reconhecimento a autores e obras que não se tornaram ícones da cultura brasileira, por diversos motivos, principalmente políticos e ideológicos, contudo ocupam seu lugar entre os autores formadores do pensamento social brasileiro. Abguar Bastos faleceu em 26 de março de 1995.

Infelizmente não foi possível fazer uma viagem a Belém, pesquisar mais dados, porém as informações contidas neste trabalho foram obtidas através de conversas com alguns intelectuais que o conheceram, conviveram e entrevistaram o autor como o Professor Renan Freitas Pinto e o escritor e Cineasta Luiz de Miranda Corrêa. O que eles recordaram e disseram foi de grande valor para a pesquisa. Era um intelectual engajado com as “coisas” da Amazônia e do Brasil, nunca abandonou suas convicções socialistas e se fosse perguntado se se sentia esquecido ou situado em algum lugar dentro da *hierarquia de relevância* — provavelmente diria que não. Os motivos são claros. Abguar Bastos era um intelectual de convicções claras e que não escrevia para agradar os intelectuais, leitores. Também não buscava lugar cativo ou relevante entre os intelectuais de seu tempo. O propósito do escritor, como ele próprio afirma, era passar sua mensagem, fato que podemos comprovar pelo conjunto de sua obra.

Destacamos *História da Política Revolucionária no Brasil*, como uma importante referência para a área das ciências humanas, sendo a obra uma fonte essencial para a realização de novos estudos, de maior alcance e profundidade.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, André; MORITZ, Lilia. *Um Enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país* / André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (organizadores) – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ABEL, Theodore. *Os fundamentos da teoria sociológica*. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica; revisão técnica de Moacir G. Soares Palmeira. Rio de Janeiro – Zahar Editores, 1972.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Fonte: Rio de Janeiro, Topbooks, 2000.

_____. *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro*. Brasília/ São Paulo, Paralelo 15/ Marco Zero, 2000.

BASTOS, Abguar. *História da Política Revolucionária no Brasil*. Vol.1e2. Coleção Temas brasileiros Nº 9. Ed. Conquista, Rio de Janeiro, 1969/1973.

COHN, Gabriel (org.). *Para ler os clássicos*. Rio de Janeiro, 2 ed. Azougue editorial, 2007.

FILHO, Adonias. *O romance brasileiro de 30*. Rio de Janeiro, edições Bloch, 1969.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*/ Gilberto Freyre; ilustrações em cores de Cícero Dias; desenhos de Antônio Montenegro. - 34 ed. - Rio de Janeiro: Record, 1998.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*: tradução de Luís Claudio de Castro e Costa; revisão de Claudio Guimarães do Couto. – 4 ed. – Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1987.

FERNANDES, Florestan. “A revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológico”. In: SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 2002.

_____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. Biblioteca Universitária, série 2 – Ciências Sociais, V.1. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.

FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1962.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 9 ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, Bragança Paulista/ SP: Editora Universitária São Francisco, 2008.

_____. *Verdade e Método II. Complementos e índice*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2002.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GOLDMAN, Lucien. *Sociologia do romance*; tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 5 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1985.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 60 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio, 1926-2004. *A ideia de Brasil Moderno*. —São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. *Sociologia e Literatura. Ensaio*. UNICAMP. Setembro de 1997.

JUNG, Carl Gustav. *O espírito na arte e na ciência*. Tradução de Maria de Moraes Barros. — 6 ed. — Petrópolis, Vozes, 2011.

JORNAL DA UBE, Nº 100 – Outubro/ 2002.

LAWN, Chris. *Compreender Gadamer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LÖWY, Michael. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: A evolução política de Lucács*. LECH - Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. Editora 34, São Paulo, 1997.

_____. *A ideia de Revolução no Brasil e outras ideias*. São Paulo: Globo, 2008.

MARTINS, Wilson, 1921. *História da Inteligência brasileira*/ Wilson Martins. — São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

MANHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Segunda edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1972.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. — 4. ed. — São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e Identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *A Moderna Tradição Brasileira*; Cultura brasileira e identidade cultural. 5 ed. Editora Brasiliense, 1994.

PELLAUER, David. *Compreender Ricoeur*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PINTO, Renan Freitas. *A sociologia de Florestan Fernandes*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

_____. *Viagem das ideias*. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

PINTO, Renan Freitas; BASTOS, Élide Rugai. (Orgs.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: Universidade do Amazonas, 2007.

PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. In: SANTIAGO, Silviano (org). *Intérpretes do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 2002.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho. *Um Outro Herói Modernista*. Revista Tempo Social. Vol. 20, Nº 2. São Paulo, Novembro, 2008.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (tomo 1), Campinas, SP: Papirus, 1994.

_____. *Tempo e Narrativa* (tomo 2), Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. *A Memória, A História, o Esquecimento*. Tradução: Alain François. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Marilene Corrêa. *Paul Ricoeur e Walter Mignolo – um estudo de hermenêuticas racionalistas num campo interpretativo comum*. In: *Somanlu*; revista de estudos amazônicos. V1, N.1. Edição: Programa de Pós-Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, ano 2000.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*: São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SCHWARTZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*; forma literária e processo social nos inícios do romantismo brasileiro. São Paulo: Duas Cidades 1977.